

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA, ENTRE AS MARCAS DA
EXCLUSÃO, A APREENSÃO DE DEMANDAS
SOCIOPROFISSIONAIS E O CAMINHAR DE AÇÕES
SOCIOEDUCATIVAS, SOB A PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: UM ESTUDO DE CASO
NO PROJETO DE ASSENTAMENTO PORTO VELHO**

Ediléia de Melo
Lúcia Miranda dos Santos
Marcela Coladello Ferro
Patrícia Regina Los de Oliveira

Presidente Prudente/SP
2007

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA, ENTRE AS MARCAS DA
EXCLUSÃO, A APREENSÃO DE DEMANDAS
SOCIOPROFISSIONAIS E O CAMINHAR DE AÇÕES
SOCIOEDUCATIVAS, SOB A PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: UM ESTUDO DE CASO
NO PROJETO DE ASSENTAMENTO PORTO VELHO**

Ediléia de Melo
Lúcia Miranda dos Santos
Marcela Coladello Ferro
Patrícia Regina Los de Oliveira

Trabalho de Curso apresentado como requisito
parcial de Conclusão de Curso para a obtenção
do grau de Bacharel em Serviço Social, sob a
orientação da Prof^a Luci Martins Volpato

Presidente Prudente/SP
2007

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA, ENTRE AS MARCAS DA
EXCLUSÃO, A APREENSÃO DE DEMANDAS
SOCIOPROFISSIONAIS E O CAMINHAR DE AÇÕES
SOCIOEDUCATIVAS, SOB A PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: UM ESTUDO DE CASO
NO PROJETO DE ASSENTAMENTO PORTO VELHO**

Trabalho de curso aprovado como requisito
parcial para a obtenção do Grau de Bacharel
em Serviço Social.

Luci Martins Barbatto Volpato

Examinador

Examinadora

Presidente Prudente, ____ de _____ 2007

“Agora vamos ouvir
É a voz da maioria
É o povo explorado
Pela tal da burguesia
São donos do capital
Que juntou com a mais-valia
Às custas do sofrimento
De várias categorias
Tem gente passando fome
Tem gente que nem tem nome
Outros comem bóia-fria”
Perguntaram quantos somos, ei
Gritamos somos milhões, ei, ei...”
Zoel Bonomo MST/ES
Canções da luta

Dedicamos este trabalho a todos os trabalhadores rurais que em seu cotidiano resistem e lutam por uma vida mais digna e justa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos em primeiro lugar a Deus que esteve presente em todos os momentos e que sempre conduziu nossos caminhos...

Aos nossos familiares, maridos e filhos pelo apoio e compreensão pela nossa ausência durante o decorrer da nossa vida acadêmica e na realização deste trabalho.

A nossa querida orientadora Prof. Luci Martins Barbatto Volpato pela honra de nos orientar nesse processo final da nossa vida acadêmica. Aprendemos a admirá-la ainda mais, pela sua capacidade de partilhar seus conhecimentos de forma ética e profissional e também por nos ajudar a elaborar alguns pontos vitais deste estudo.

A nosso querido Prof. Dr. Ricardo de Paula Pires por nos motivar, desde os primeiros anos de faculdade, a realizar essa pesquisa, através do seu conhecimento e comprometimento com causa que agora assumimos.

Aos nossos amigos e companheiros de classe que compartilharam durante quatro anos, momentos de alegrias, tristezas e conhecimento.

RESUMO

Problemas sociais históricos são acentuados pelos novos tempos, em que a dinâmica do capital transita entre a flexibilização e a precarização das relações de trabalho, a dicotômica relação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, e a globalização, pautada em projetos neoliberais, constitui o pano de fundo dos processos de exclusão social, assinalados pelo crescente número dos chamados “excluídos”. Trata-se de sujeitos sociais que vivenciam no seu cotidiano, a pobreza, a miséria, o desemprego estrutural, a informalidade do mercado, a moradia precária, a dificuldade de acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, a expulsão do campo, a urbanização descontrolada etc, ao mesmo tempo agentes e vítimas de processos sociais desiguais. É nesse movimento que procuramos apreender como as expressões da questão social se particularizam nos assentamentos rurais, tratando de suas experiências subjetivas e diversas que apresentam trajetórias de vidas, na maioria das vezes marcadas por determinações históricas, podendo produzir subalternidade ou autonomia, acomodação ou resistência. Posto isso, o presente trabalho objetiva conhecer e compreender o trabalhador do campo, em particular o assentado rural que, historicamente, esteve submetido a uma estrutura que produz desigualdades., inserido em um projeto de reforma agrária que o marginaliza. O objeto de nossa pesquisa define-se, assim, em compreender esse sujeito e discutir o papel do Serviço Social nessa situação. Considerando que a questão agrária é expressão da questão social, e esta, objeto de trabalho do Assistente Social, os assentamentos rurais demandam ações profissionais na medida em que traduzem processos sociais desiguais vivenciados pelos assentados em seu cotidiano no campo. Sob essa perspectiva, elegemos o estudo de caso como método particular de investigação da realidade porque se configura como o instrumento analítico mais adequado capaz de traçar a compreensão das experiências sociais dos sujeitos. Realizamos o estudo no Projeto de Assentamento Porto Velho, onde colhemos as narrativas de seis famílias que, após conquistarem a terra, vêem-se diante de novos desafios para dela sobreviver. Analisamos as experiências do seu cotidiano no assentamento rural a partir do paradigma do desenvolvimento como liberdade, propondo uma nova direção para a ação profissional que compreenda o princípio ético fundamental do Serviço Social: a liberdade como expansão das capacidades humanas dos indivíduos sociais. Para tanto, coloca-se a necessidade de uma ação socioeducativa que direcione o agir profissional para o desenvolvimento das liberdades das famílias no campo para que sejam capazes de participar, de se mobilizar, de decidir e agir sob a perspectiva de conduzir alternativas de sustentabilidade na terra. Nessa perspectiva, o trabalho com o coletivo é imperativo para traçar uma meta que alcance o desenvolvimento das liberdades individuais, para que os trabalhadores, livres, possam viver de forma digna e justa. O presente estudo aponta que essas famílias são privadas de oportunidades para sobreviverem e se manterem na terra, e que o Assistente Social é um profissional que pode mediar a construção de alternativas e estratégias para expandir as capacidades organizativas de um povo que luta pela vida.

Palavras-chave: Questão social. Questão agrária. Exclusão integrativa. Assentados Rurais. Desenvolvimento como Liberdade. Serviço Social. Ação socioeducativa.

ABSTRACT

Current times bring up old social issues in which the capitalist stimulated movement goes between the flexibility and the precariousness of work relationships, the dual relation between the economical and social developments, and the neo-liberal based globalization projects promote social exclusion, expressed by the growing number of the so-called "excluded". These are the people who deal with poverty, misery, institutional unemployment, informal labor, abject living conditions in an uncontrolled urban development, deprived of access to educational and health services, evicted from the countryside etc, being, at the same time, both agents and victims of social inequality. In this scenery we have searched to understand the way social issues are expressed in the rural settlements, analyzing their varied subjective experiences that reveal life histories which usually are the result of historical traces leading to either, submission or autonomy, accommodation or resistance. Thus the aim of this paper is to understand the rural laborer, especially the ones who live in settlements, who have been historically submitted to a social structure that favors inequality, and inserted in an agrarian reform project that lay them aside. Besides understanding these workers' reality, this paper also intends to delineate an action plan to be developed by the Social Worker involved with that problem. Being the agrarian issue the expression of social issues, and these ones the Social Worker's job, the rural settlements demand professional actions because they are the mirror that shows the rural daily life social inequalities. The case study methodology was chosen to investigate the rural reality because it is considered the best tool to understand people's social experiences. The following step was to select six peasant families, members of the Porto Velho Settlement Project, to be interviewed. These people, after having been given a plot, are faced to a new challenge, as to say, to make their living from the conquered land. The analysis of the workers' daily experience was based on the concept of development as freedom, in an attempt to show a new direction to the professional job based on the main ethic principle of the Social Work: making people free in order to enlarge their human capacities. Therefore it is necessary to develop a social-educational action that should guide the Social Worker to favor those people's freedom enlargement in order to enable them to participation and mobilization, to make decisions and do whatever can afford their subsistence from their work on the land. It must also be said that collective interaction is really important for the achievement of individual freedom as an end goal, so that, as free workers, the rural laborers might live respectable lives.

Key-words: Social issue. Agrarian issue. Aggregating exclusion. Rural settlements. Development as freedom. Social Work. Social-educational action.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

P.A. – Projeto de Assentamento

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária

CPT – Comissão Pastoral da Terra

INCRA – Instituto de colonização e Reforma Agrária

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

ONG – Organizações Não-Governamentais

UHE – Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ASPECTOS DE FUNDAMENTAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL	17
2.1 Concepção acerca da questão social.....	21
2.2 O contexto atual e suas implicações da questão social.....	24
2.3 A questão social no Brasil: aspectos da concentração capitalista pelo campo.....	26
2.4 A questão agrária como expressão da questão social.....	30
3 PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL	37
3.1 A exclusão integrativa: a desqualificação e a insegurança social.....	40
3.2 Subalternidade: expressão da exclusão integrativa.....	42
3.3 Processos de exclusão no campo: o desdobramento da incerteza.....	43
4. ASSENTAMENTOS RURAIS, LUTA E RESISTÊNCIA: EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DA QUESTÃO AGRÁRIA	46
4.1 O drama (dos assentados) de quem possui a terra.....	49
4.2 A perspectiva do desenvolvimento como liberdade.....	52
4.3 O projeto de assentamento Porto Velho.....	57
4.4 Trajetórias sociais: um lugar social do assentado.....	58
4.5 Processos de organização social.....	64
4.6 A integração produtiva: dilemas do desenvolvimento.....	67
5. SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO: A APREENSÃO DE DEMANDAS SOCIO-PROFISSIONAIS	73
5.1 Serviço social e a classe popular: uma nova perspectiva profissional.....	73
5.2 A questão agrária como objeto de trabalho profissional.....	76
5.3 A liberdade como princípio ético central.....	79
5.4. Estratégias de intervenção: uma ação sócio-educativa.....	83
5.5 O agir profissional nos assentamentos rurais: o caráter político do trabalho profissional.....	86
6 CONCLUSÃO	91
BIBLIOGRAFIA	95
ANEXOS	99

1 INTRODUÇÃO

Problemas sociais históricos são acentuados nos novos tempos em que a dinâmica do capital transita entre a flexibilização e a precarização das relações de trabalho, a dicotômica relação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, e a globalização, pautada em projetos neoliberais, se estabelece como pano de fundo dos processos de exclusão social, assinalados pelo crescente número dos chamados “excluídos”. Trata-se de sujeitos sociais que vivenciam no seu cotidiano, a pobreza, a miséria, o desemprego estrutural, a informalidade do mercado, a moradia precária, a dificuldade de acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, a expulsão do campo, a urbanização descontrolada etc, ao mesmo tempo agentes e vítimas de processos sociais desiguais.

É nesse contexto que se evidencia a outra face do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas que “estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da eqüidade, não rima com igualdade. Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social”. (IAMAMOTO, 2006, p. 18).

Dessa forma, a prática profissional do Serviço Social se desenvolve no quadro sócio-histórico atual que impõe novos desafios profissionais, quando “os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social”. (IAMAMOTO, 2006, p. 28).

Dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações sociais quotidianas. É nesse campo que se dá o trabalho do Assistente Social, devendo apreender como a questão social em múltiplas expressões é experienciada pelos sujeitos em suas vidas quotidianas. (IAMAMOTO, 2006, p. 62)

Portanto, “o real, o cotidiano do assistente social não é mera derivação da teoria. É muito mais complexo e surpreendente”. (YASBEK, 1996, p.10).

Daí ser imperativo o cunho investigativo da profissão, que exige do profissional um posicionamento teórico-metodológico e ético-político, para que o Assistente Social compreenda as experiências cotidianas, nas quais condições objetivas estão colocadas, possibilitando-lhe intervir e propor mudanças..

Tânia Maria R. Godói Diniz (1999, p. 43) afirma que:

[...] Partindo do pressuposto de que a realidade é construída socialmente e que se requer uma análise contínua dessa construção social para que os homens tenham clareza do que conhecem como realidade (Berger e T. Luckman, 1978), tem-se uma dimensão da importância e da riqueza de informações e de reflexões que a pesquisa pode proporcionar em todos os campos de intervenção do assistente social.

Com isso, afirmamos que a pesquisa qualitativa é instrumento fundamental para a profissão, pois conforme aponta Maria Lúcia Martinelli (1999, p. 23):

É na direção a essa experiência social que as pesquisas qualitativas, que se valem da fonte oral, se encaminham, é na busca de significados de vivências para os sujeitos que se concentram os esforços do pesquisador. Procuramos não operar com pressuposições em relação aos significados, tratando de desvendá-los na relação com o sujeito. Assim, podemos afirmar que, nessa metodologia de pesquisa, a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são atribuídos.

Sob essa perspectiva, elegemos o estudo de caso que, como método particular de investigação da realidade, constitui o instrumento analítico mais adequado para buscar a compreensão das experiências sociais dos sujeitos.

Segundo Florestan Fernandes (1963) apud Diniz (1999, p. 46):

O estudo de caso volta-se à realidade objetiva, investigando e interpretando os fatos sociais que dão contorno e conteúdo a essa realidade. Na captação da expressividade humana, objetividade em atividades cotidianas, o estudo de caso propõe a exploração e o aprofundamento dos dados, para a transcendência da realidade investigada, ao submetê-los a referências analíticas mais complexas.

Propusemo-nos a conhecer as trajetórias de vida, as experiências sociais dos sujeitos, por meio do estudo de caso, pois essa metodologia é indicada “quando se deseja analisar situações concretas, nas suas particularidades. Seu uso é adequado para investigar tanto a vida de uma pessoa quanto a existência de uma entidade de ação coletiva, nos seus aspectos sociais e culturais”. (DINIZ, 1999, p.46).

Posto isso, o presente trabalho objetiva conhecer e compreender o universo do trabalhador do campo, em particular o assentado rural, que historicamente esteve submetido a uma estrutura social que produz desigualdades, inserido em um projeto de reforma agrária que o subalterniza. A condição de assentado o coloca em uma posição social que lhe confere uma identidade social marcada por processos de exclusão social, insegurança e instabilidade.

A chegada à terra não significa o final da trajetória de luta. O sonho da liberdade, como dono de um pedaço de terra, de condições de trabalho e de poder escolher o que plantar, choca-se com políticas estatais impositivas e insuficientes, [...] limitação de recursos. (GARCIA, 1999, p. 186).

Corroborando com o autor, afirmamos que os assentados têm um longo e árduo caminho a percorrer.

O objeto de nossa pesquisa define-se, assim, em compreender esse sujeito e discutir o papel do Serviço Social nessa situação. Pensar ações para o Serviço Social nessa perspectiva implica desenvolver uma visão crítica e dialética que supere a concepção simplista do problema dos assentados. Por isso, buscamos entender como esses sujeitos, inseridos numa totalidade social, estão vivenciando as particularidades de determinações universais, ou seja, as expressões da questão social. Com isso, consideramos a questão agrária expressão da questão social, bem como objeto de trabalho do Assistente Social.

Segundo Severina Garcia, é nos assentamentos rurais que “emerge um espaço próprio à atuação profissional”. Dessa forma, demandam ações socioprofissionais na medida em que traduzem processos sociais desiguais que os assentados vivenciam em seu próprio cotidiano no campo.

Trata-se de um espaço profissional, no qual “o desafio é decifrar e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes do cotidiano”. (IAMAMOTO, 2006, p. 20).

É nesse sentido que procuramos apreender como as expressões da questão social se evidenciam nos assentamentos, ou seja, como os assentados rurais enfrentam as particularidades dessas determinações sociais, tratando de suas experiências subjetivas e suas condições objetivas de sobrevivência.

O foco de nossa pesquisa está nas trajetórias de vida desses sujeitos, na maioria das vezes marcadas pela desigualdade social que pode produzir subalternidade ou

autonomia, acomodação ou resistência. Ouvir suas histórias é ouvir um povo que historicamente foi calado, mesmo quando mobilizados para vocalizar suas demandas e necessidades sociais.

A história dos assentamentos é parte da história de um vasto segmento de trabalhadores, cuja trajetória sinaliza um processo complexo no âmbito da história da formação social brasileira: o processo de constituição da propriedade capitalista da terra no país e as relações sociais que as caracterizam: o processo de construção das classes, as relações de poder, o caráter de Estado brasileiro que, sob o domínio de uma elite mantém um pacto entre a grande propriedade, o Capital e o Estado. (GARCIA, 1999, p. 185).

Os assentamentos rurais são considerados palco de lutas e de interesses de classes antagônicas, constituindo um espaço dinâmico e contraditório, onde interagem sujeitos sociais com objetivos que se opõem.

O presente trabalho é resultado de nossas inquietações a respeito da questão agrária em nossa região, o Pontal do Paranapanema, uma área que, ao longo da história, tem sido o cenário de conflitos acirrados, onde vivem centenas de pessoas que não têm acesso à terra e nem a condições dignas de vida e trabalho.

A ausência de discussões sobre a questão agrária do Pontal é evidente no âmbito profissional e acadêmico do Serviço Social, apesar de ser uma região onde se concentram antigos problemas fundiários. Procurando contribuir para preencher essa lacuna, realizamos um estudo de caso no Projeto de Assentamento Porto Velho, na cidade de Presidente Epitácio, onde selecionamos seis famílias assentadas e colhemos suas narrativas.

Pelo fato de o terreno do Projeto onde se desenvolve o assentamento ser dividido pelo Rio Anastácio, optamos por incluir três famílias de cada margem do rio. Para preservar a identidade dessas famílias utilizamos nomes fictícios para indicar as narrativas.

Analisamos as experiências do cotidiano dos assentados a partir do paradigma do desenvolvimento como liberdade, visto que concebe o desenvolvimento não apenas sob a perspectiva econômica, mas abrange sua complexidade, tanto no que se refere ao conceito, quanto à própria realidade.

A perspectiva da liberdade não está relacionada à análise avaliativa dos níveis de desenvolvimento produtivo, pois, com base no referencial teórico apontado, o objetivo é apontar o desenvolvimento como liberdade, propondo uma nova direção

para a ação profissional que leve em conta a compreensão do princípio ético fundamental do Serviço Social: a liberdade como expansão das capacidades humanas dos indivíduos sociais:

Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-las a alguns dos meios que, *interalia*, desempenham um papel relevante no processo. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2000, p. 18)

“O princípio organizador que monta todas as peças em um todo integrado é a abrangente preocupação com o processo do aumento das liberdades individuais e o comprometimento social de ajudar para que isso se concretize.” (SEN, 2000, p. 336). Posto isso, é clara a relevância da formação de uma nova mentalidade que possa convergir para uma nova ética no trabalho no campo, mais justa e humana.

O desenvolvimento e a sustentabilidade das famílias nos assentamentos rurais implicam a capacidade de participação do povo, ou seja, na sua habilidade coletiva de buscar alternativas para o enfrentamento das expressões da questão social.

É preciso reconhecer que a efetiva prática de expansão de liberdades envolve processos de oportunidades concretas para uma sobrevivência digna do sujeito e a descoberta de suas próprias potencialidades como ser social capaz de imprimir ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

E é aí que se coloca a necessidade de uma ação socioeducativa do Assistente Social que direcione o agir profissional para o desenvolvimento das liberdades das famílias no campo, permitindo-lhes que sejam livres para participar das decisões sobre suas vidas, mobilizar-se para a luta, agir sob a perspectiva de conduzir alternativas de sustentabilidade na terra. Tal ação pressupõe uma relação recíproca de construção do conhecimento, na qual, sem dúvida, o profissional do Serviço Social é capaz de, juntamente com esses sujeitos, engendrar respostas profissionais que caminhem em direção ao horizonte traçado para uma nova ordem societária.

Desse modo, o presente trabalho está estruturado sob as categorias de análises: questão social, questão agrária, processos de exclusão no campo, a dinâmica dos

assentamentos rurais e o agir profissional, com foco na discussão das seguintes subcategorias: a trajetória social, a organização social e a integração produtiva.

Na primeira parte da pesquisa, o princípio organizador integra a discussão da questão social, objeto de intervenção profissional, sob a ótica de suas determinações históricas e sociais e como o acirramento da questão social se manifesta na questão agrária.

A segunda parte consiste basicamente em discutir o processo de exclusão social, associado à dinâmica do capital, tendo como perspectiva de análise a percepção dos “*excluídos sociais*” como produto dos processos sociais de inclusão capitalista nos quais percebe-se um movimento de desqualificação e insegurança social por parte da população trabalhadora. O reflexo dessa sociedade desigual se expressa no cotidiano do trabalhador do campo que, historicamente, é expropriado da terra e excluído socialmente.

Discutimos, na terceira parte, as trajetórias de vida dos assentados, apontando que a conquista da terra lhes apresenta novos desafios e dilemas. A partir de uma análise fundamentada na teoria social crítica, percorremos os caminhos que esses sujeitos traçam quando deixam de ser acampados e tornam-se assentados, construindo assim uma nova identidade social. Neste capítulo, abordamos os aspectos concretos que são vivenciados pelos assentados rurais no Projeto de Assentamento Porto Velho, cujas narrativas representam os processos objetivos em que eles estão inseridos.

A aproximação do tema com o Serviço Social delinea a quarta e última parte que propõem a questão agrária como objeto de intervenção profissional, para a qual os assentamentos rurais são espaços privilegiados de trabalho.

Sob a perspectiva do desenvolvimento como liberdade, buscamos tecer propostas profissionais que caminhem conforme o projeto ético-político profissional, que direciona a ação do Assistente Social na transformação das condições de vida e trabalho a que os assentados estão submetidos.

Chamamos a atenção para o processo de individualização das demandas e necessidades dos assentados, no qual, demanda a intervenção sócio-profissional do Assistente Social, na medida em que, diante do trabalho em equipe é o único profissional capaz de construir respostas profissionais que tem por finalidades romper com tal processo e erigir forças coletivas para o enfrentamento da questão social. Para tanto, o imperativo da intervenção profissional não é a mera assistência

a essas famílias, mas ações socioeducativas, visando a fortalecer o coletivo e capacitar os trabalhadores para sobreviverem e permanecerem na terra, de forma digna e justa, usufruindo dos frutos de seu próprio trabalho.

2 ASPECTOS DE FUNDAMENTAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Tratar de questão social nos remete a uma reflexão acima das determinações que lhe dão origem, ou seja, as questões sociais de produção estabelecidas na sociedade capitalista.

Desde os primórdios da humanidade, os indivíduos e grupos travam relações mútuas diante da necessidade de garantir a sua própria sobrevivência. É por meio do trabalho, atividade vital do homem, que se concretizam tais relações, as quais o caracterizam como um sujeito social e ontológico.

Historicamente, o homem atravessa transformações, criando novas necessidades, novas formas de organização do trabalho e novos sistemas de regulação social. Para Ricardo Antunes (2001, p.139), a categoria trabalho se configura como “[...] expressão da relação metabólica entre o ser social e a natureza.”

Trata-se, portanto, de compreender o trabalho fundamentado na ação própria do ser social, ontológico e histórico, por meio de um intercâmbio em que, ao transformá-la, ele se (re) constrói, num processo intencional de pensar, baseado em uma finalidade objetiva idealizada.

De acordo com Antunes (2001, p.136), entende-se que:

O fato de buscar a produção e a reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e a luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução. O trabalho é, portanto, resultado de um *pôr teleológico* (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência [...].

Em conformidade com a linha de pensamento acima expressa, a seguinte afirmação de Reinaldo Nobre Pontes (2002, p. 61) sintetiza a idéia do trabalho como resultado de uma ação teleológica do homem:

[...] O trabalho assume o papel condicionador da existência humana [...] é ao trabalho que o homem tributa a razão do seu *ser social*, porque este propicia o arrancar das potencialidades naturais a seu serviço e concomitantemente, conduz ao seu autodesenvolvimento como espécie. Esta auto-realização se processa através da teleologia do trabalho que significa que no final do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

O ponto inicial deste trabalho é a percepção da mudança do modo como os homens se organizam para (re) produzir a sua própria vida.

O processo de transição das relações sociais de produção do sistema feudal para o sistema capitalista engendra, em um momento histórico específico, um novo sistema social, econômico e político, no qual a própria capacidade teleológica e ontológica do trabalho é subordinada ao capital, propiciando a extração das potencialidades humanas apenas como força de trabalho.

“Somente sob a ótica da subordinação do trabalho, prática ontológica do homem, os seres sociais tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido”. (ANTUNES, 2001, p. 19).

Aprofundando a questão, Ricardo Antunes (2001, p. 19), afirma que:

O sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a *subordinação estrutural do trabalho ao capital*. Não sendo conseqüência de nenhuma determinação ontológica inalterável, esse sistema de metabolismo social é, segundo Mézaros, o resultado de um processo historicamente constituído, onde prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital.

Com a emergência do sistema capitalista, a produção social se torna cada vez mais coletiva, trazendo em seu núcleo características próprias que configuram historicamente novas formas de vida e trabalho, ou seja, novas formas de regulação social, que nesse momento, são regidas por interesses econômicos, propriamente o modo de organização da vida material.

Concordamos com Maurice Dobb (1987, p.17), quanto à definição do capitalismo ao reafirmar Marx:

[...] Marx o denominou - mas um sistema sob o qual a própria capacidade de trabalho “se tornara uma mercadoria” e era comprada e vendida no mercado como qualquer outro objeto de troca. Seu pré-requisito histórico era a concentração da propriedade, dos meios de produção em mãos de uma classe, que consistia apenas numa pequena parte da sociedade, e o aparecimento conseqüente de uma classe destituída de propriedade, para qual a venda de sua força de trabalho era a única fonte de subsistência. Desse modo, a atividade produtiva era suprida pela última, não em virtude de compulsão legal, mas na base de contrato salarial.

Esse sistema se edifica por meio de suas particularidades fundamentais, ou seja, a propriedade privada e os meios de produção assinalam a diferença crucial

entre aqueles que possuem os novos meios de produção e os outros, que constituem a força de trabalho, levando o mecanismo da própria existência humana a ser delimitado pela analogia do assalariar e do explorar.

Desse modo, lamamoto (2006, p. 46).aponta:

As condições em que a riqueza social é produzida e a forma social que assume – a forma do valor de troca – imprimem particularidades às relações sociais, que, sem ferir a lei de troca entre livres proprietários privados, desdobram-se no capital, na propriedade territorial capitalista e no trabalho assalariado - inseparável de um contingente de população excedentária. Como em Marx tais categorias econômicas expressam relações entre os homens, expressam os fundamentos históricos do processo de constituição das classes sociais fundamentais na ordem burguesa.

A partir das perspectivas apontadas, supõe-se a compreensão que o trabalho, atividade vital humana, sob o modelo capitalista, reduz a capacidade teleológica do homem fundamentalmente a força de trabalho, passível de ser explorada, ao impulsionar a separação entre classes sociais, de forma que o homem não trabalha apenas para garantir a sua própria sobrevivência, mas essencialmente para o acúmulo constante e privado do produto do trabalho coletivo. É a própria exploração do trabalho alheio, embora diferente da do sistema escravista e feudal¹, ocultada em discursos de liberdade.

E é aí que se revela a contradição fundamental do capitalismo que, ao mesmo tempo em que avança no desenvolvimento de novas forças e modos de produção, construindo novas riquezas, paralelamente favorece um processo de subordinação das necessidades humanas a condições de vida precárias, submetendo o trabalhador a um processo de empobrecimento.

Em concordância com o exposto acima, lamamoto (2006, p. 28), afirma que:

Essa contradição fundamental da sociedade capitalista – entre o trabalho coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e frutos do trabalho – está na origem do fato de que o desenvolvimento nesta sociedade redunde, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social; porém, de outro lado e na sua contraface, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população nos vários países, [...].

¹ Nos sistemas escravista e feudal a exploração era vista como um fenômeno natural, que ocorria de forma direta.

Para compreender e desvelar as contradições do capitalismo, faz-se necessário o recorte histórico da Revolução Industrial, em meados do século XIX, mais especificamente no contexto europeu, onde as relações capitalistas criam um produto do processo de empobrecimento desse momento histórico: o pauperismo.

Para os mais lúcidos observadores da época, independentemente da sua posição ideológica-política, tornou-se claro que se tratava de um fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida. Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generaliza (NETTO, 2001, p. 42).

É nesse cenário que o pauperismo traduz a incoerência do sistema capitalista, em fase de amadurecimento. De acordo com Bottomore, (2001, p. 284):

A resultante ampliação da distância entre a produtividade e os salários reais fortalece o poder do capital e, portanto, aprofunda “o abismo entre a posição dos trabalhadores e a posição dos capitalistas...” O empobrecimento relativo dos trabalhadores é um aspecto inerente ao sistema capitalista como um todo.

Dessa forma, o processo de pauperização é decorrente da lógica acumulativa do capital e, em primeira instância necessário, pois, sem ele, o capitalismo não se sustenta.

No campo dessas contradições, na relação de subordinação da classe trabalhadora (proletariado) à dominação burguesa², desenvolvem-se forças antagônicas moldadas pelas próprias condições históricas.

É nesse contexto que se evidencia o surgimento da questão social, em um conjunto de tensões que coloca em confronto esse antagonismo. Fica claro que o pauperismo torna-se um problema social, não sendo mais considerado um “estado de coisa” natural, parte do cenário capitalista.

“A questão social foi nomeada, explicitamente, nos anos 1830, quando se tomou consciência de populações que foram, ao mesmo tempo, agentes e vítimas da revolução industrial.” (WANDERLEY, 2004, p. 56).

Desse modo, com a industrialização, a alienação do trabalho e o processo de pauperização da massa proletária constituem, no século XIX, o alicerce da questão

² A dominação da classe burguesa sobre a trabalhadora não se restringia a questões econômicas, mas também envolvia aspectos social, político, cultural e jurídico, cujo aparato legal legitimava as formas de exploração do trabalho.

social, quando sujeitos sociais estrategicamente situados apontam e problematizam suas demandas e necessidades, vocalizando-as publicamente. Portanto, considera-se que o trabalho está no centro da questão social, no sentido da condição primeira de sobrevivência humana.

Até aqui, foi imperativo desvelar o funcionamento da sociedade capitalista, apontando as mudanças ocorridas no processo do trabalho, para substancialmente atingirmos a apreensão da questão social, no que tange compreender sua inerente complexidade, sob a perspectiva das relações sociais edificadas no contorno do capital.

2.1 Concepção Acerca da Questão Social

De acordo com Robert Castel (2004), o surgimento da questão social se dá a partir do desenvolvimento de um hiato entre a ordem econômica e a ordem jurídico-política, e é exatamente nessa fissura que se desdobra o social.

A “questão social” é uma aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. “Em resumo, um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência”. (CASTEL, 2004, p. 238).

Nesse aspecto, o autor discute a origem da questão social, no contexto das transformações sociais decorrentes do trabalho assalariado, mediante o risco de fratura da sociedade capitalista, no qual “as franjas marginalizadas”, em um cenário de tensão social, começam a se questionar sobre sua própria condição de vida e trabalho, e se exaltam as forças antagonicas em um intenso embate de interesses.

Cabe ressaltar, em conformidade com o exposto, que toda sociedade convive com um processo onde coexistem duas situações: a coesão social, que se solidifica por um conjunto de dispositivos montados para promover a integridade da sociedade, e o risco de sua fratura.

Nesse conjunto, a massa trabalhadora, através da tomada de consciência da sua própria condição de dominação e exploração, coloca em risco a nova ordem liberal, desencadeando um tenso processo de confronto entre classes.

A partir dessa premissa, segundo Lamamoto, (2006, p. 27), a questão social é apreendida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas imprime a disjunção do acesso à riqueza socialmente construída que, como resultado de uma apropriação cada vez mais desigual, edifica a relação dicotômica entre capital e trabalho.

No entanto, a questão social não é suscitada simplesmente contradição fundamental entre trabalho/capital, mas é constituída pelo binômio estrutura e ação, representado pelas condições dadas pelo capitalismo e a ação estratégica dos trabalhadores ao se posicionarem perante a ferida do pauperismo.

Nesse terreno contraditório, Potyara Pereira (2001, p. 55), afirma que:

[...] a questão social é constituída de fatores estruturais, que independem da ação política de sujeitos em dadas circunstâncias; e, de outro, contém ações deliberadas e conscientes de sujeitos que querem mudar a sua história. Donde se conclui que, isoladamente, nenhum desses dois elementos é capaz de suscitar a questão social. A questão social é produto e expressão da relação contraditória entre esses dois elementos, ou sucintamente, é produto e expressão da contradição fundamental entre capital e trabalho historicamente problematizada.

Sob essa concepção, Potyara Pereira (2001) parte do pressuposto de que a questão social expressa a relação dialética entre a estrutura societária e a ação dos sujeitos que, com o poder de atuação política, conseguem transformar suas necessidades sociais em questões, visando a incorporá-las às agendas públicas e às arenas decisórias, em meio a um embate onde se apresenta uma correlação de forças com interesses antagônicos, dada a desigual posição da estrutura social. A questão social, portanto, se revela por meio de uma mescla de condições objetivas e subjetivas ligadas ao desenho de organização econômica, política e social do capitalismo.

“Para tanto, há que existir uma superestrutura minimamente favorável que imprescinda tanto da presença de um Estado com capacidade de regular e garantir

direitos, quanto da existência de regras democráticas susceptíveis à luta política.” (PEREIRA, 2001, p. 54).

Desse modo, “a questão social não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção – que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais – mas, de embate político, determinado por essas contradições.” (PEREIRA, 2001, p. 54).

A questão social se afirma, portanto, como um salto qualitativo da consciência da classe trabalhadora, tornando-se explícita e, por esse aspecto “constitui um estágio mais avançado, conflituoso e consciente do movimento de reação das classes subalternas à dominação social capitalista, e o que mais claramente exige definições políticas dos atores sociais [...]” (PEREIRA, 2001, p. 60).

Nesse contexto, a classe trabalhadora, ao olhar para sua própria condição, é capaz de perceber as desigualdades sociais, criando algumas identificações de pertencimento, quando seus membros partilham problemas e dificuldades semelhantes, e conferem uma dimensão social a suas adversidades. Portanto, a questão social, “sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem.” (IAMAMOTO, 2006, p. 28).

Neste trabalho, à luz do referencial teórico apresentado, delineamos os principais aspectos que fundamentam a questão social, traçando bases conceituais para a nossa própria compreensão. De fato, consideramos a questão social como um dos elementos constitutivos da organização capitalista que, em um momento histórico específico, proclama a própria existência humana, determinada por relações e forças sociais assimétricas.

Desse modo, entendemos que é o permanente embate político, social e econômico de classes sociais antagônicas, fundamentado na tentativa de cada uma de fazer prevalecer seus próprios interesses, que prescreve a questão social, formatada pelo movimento de concentração de riquezas e poder das classes dominantes e a propagação da pobreza nas dominadas. É a quebra do pacto social capitalista, que desenvolve a possibilidade de sujeitos historicamente subalternizados serem capazes de problematizar suas demandas e necessidades sociais, inseridos em um processo incoerente, tenso e contraditório.

Partindo do ponto de vista apresentado, consideramos relevante a conceituação da questão social, para que nos seja permitido elucidar discussões e

reflexões sobre a questão social contemporânea, indicando inferências sobre um novo cenário social.

2.2 O Contexto Atual e Suas Implicações na Questão Social

“A nova realidade não é saturada de possibilidades. Ao contrário. É saturada de carências.”³ (José de Sousa Martins).

Para compreendermos a questão social nos moldes contemporâneos é imprescindível propormos a discussão da sua gênese e desenvolvimento de acordo com o modo de produção capitalista, na medida em que foi evidenciada na configuração do pauperismo.

Desse modo, nota-se, como ponto de partida para tal reflexão, que a questão social, embora assuma uma roupagem nova conforme o momento histórico em que se desenvolve, a velha dominação capitalista é o imperativo que a determina.

De acordo com Potyara A. P. Pereira (2001, p. 54), trata-se, hoje, de compreender a questão social sob novos formatos, manifestados pela velha contradição fundamental da sociedade capitalista, pois, “Efetivamente, não se pode negar que estamos diante de uma nova conjuntura.”

A autora problematiza a questão social como uma questão “latente”, ou seja, que apesar de inscrita na contradição capital-trabalho ainda não foi explicitada, dada a posição desigual dos sujeitos na correlação de forças:

[...] os desafios atuais ocorrem e produzem efeitos devastadores num contexto de fraca articulação de atores políticos estratégicos, que, embora não estejam apáticos ou anômicos encontram-se, ainda, sem condições objetivas para – aproveitando as mudanças engendradas por novas forças produtivas – impor uma superestrutura (política, jurídica, cívica, cultural) que lhes seja favorável. (PEREIRA, 2001, p. 52)

Portanto, trata-se da “[...] velha dominação capitalista, que, sob nova configuração, subordina às necessidades do capital parcelas consideráveis da população do planeta, impedindo-as de situar-se como iguais nas sociedades divididas em classe.” (PEREIRA, 2001, p. 52). A questão latente tem efeitos devastadores, numa situação de fraca articulação coletiva e cidadania.

³ Trecho retirado do livro *Classes Subalternas e Assistência Social*, de Maria Carmelita Yazbek.

É no contexto da era do capital flexível e financeiro, da globalização, de novos paradigmas tecnológicos e do desemprego estrutural, “neste tempo de divisas, de gente cortada em suas possibilidades de trabalho e de obter meios de sobrevivência, ameaçadas em sua própria vida” (IAMAMOTO: 2006, p. 18) que assistimos ao arranque capitalista, que não nos permite explicitar a sua face acumulativa a qual implementa novos tempos e reafirma a pauperização e a exclusão social de grande parcela da população mundial.

Nesse “cenário de restrições de possibilidades”, os sujeitos sociais são marcados pelo desemprego crescente, pela insegurança social e ausência de forças sociais estratégicas que problematizem e dimensionem a questão social manifestada no próprio cotidiano. Trata-se, em suma do questionamento da função integradora do *trabalho* (base de sustentação da coesão social) dada a *desmontagem de um sistema de proteções e garantias*⁴ que foram anteriormente vinculadas ao emprego frente às transformações que determinam um processo de desestabilização.

Desse modo, segundo Castel (1998) apud Serra (2000, p. 92):

[...] os vitimados sociais dessa hora são diferentes da época anterior. O trabalhador em situação de exploração em épocas anteriores tinha um assento social, isto é, “seguia ligado ao conjunto das inter-relações sociais”, e essa condição se expressava também na sua rebeldia política pelos caminhos das políticas de “integração” em sua “versão reformista” ou em sua “versão revolucionária”. Entretanto, para Castel, “os supranumerários” de hoje não se convertem em força de pressão, porque a sua condição de instabilidade social dada predomínio da precariedade na inserção na sociedade do trabalho não lhe propicia um existir socialmente.

Parafraseando Castel, é no cenário atual que se afirma a *metamorfose da questão social*, no qual as novas necessidades e interesses do capital regem novas problemáticas, ou seja, as manifestações da questão social são renovadas pelas velhas determinações estruturais.

Porém a questão social está implícita e alheia às arenas decisórias, o que implica o desafio de repensar o coletivo e a necessidade de imprimir forças sociais com efetivo poder de pressão, para que ela seja enfrentada., pois existe a tendência de afastá-la do enfoque histórico, quando é concebida como uma situação natural.

⁴ Trata-se de compreender que, na medida em que o projeto neoliberal avança, é evidente o desmonte das políticas de proteção e integração social incrementadas na sociedade capitalista sob a luz do pensamento Keynesiano, no qual se estrutura o Estado de Bem-Estar Social. É claro que o jogo social proposto pelo neoliberalismo necessariamente rejeita tal parâmetro de proteção para consolidar na sociedade atual a instabilidade social, confiada a processos de desmonte dos direitos sociais.

Desse modo, têm-se atualmente a descaracterização da questão social de sua estrutura histórica, no sentido em que é novamente naturalizada.

Corroborando com o exposto, Pereira (2001, p. 53) afirma que:

[...] apesar de existirem problemas cujos impactos negativos sobre a humanidade são evidentes, eles ainda não foram decisivamente problematizados e transformados em *questões explícitas*, isto é, ainda não foram alvo de correlações de forças estratégicas, a ponto de abalarem a hegemonia da ordem dominante e permitirem a imposição de um projeto contra-hegemônico. <grifo da autora>

Assim, perante as várias transformações deflagradas no processo de acumulação e/ou de reestruturação produtiva do capital, de acordo com Iamamoto (2006, p. 114), um dos aspectos centrais da questão social hoje é:

[...] a ampliação do desemprego e a ampliação das precarização das relações de trabalho. Ou em termos de Mattoso, da “insegurança no trabalho” englobando: a insegurança no mercado de trabalho, a insegurança no emprego, a insegurança na renda, a insegurança na contratação, a insegurança na representação do trabalho, na organização sindical e na defesa do trabalho. (grifo do autor)

Portanto “a questão social é a expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa” (IAMAMOTO, 2006, p. 114) e, para compreender sua dinâmica, é necessário apreender todo o processo social em sua expressão contraditória, sob a égide dos interesses capitalistas.

Desse modo, alcançamos o ponto central da discussão sobre a questão social e suas determinações, cujo embasamento teórico possibilita compreender os mecanismos sob os quais a questão social se configurou e se configura no Brasil, de um ponto de vista histórico específico decorrente da disposição de um processo particular de capitalismo, diferente da Europa Ocidental do século XIX, que conserva, porém, a raiz comum do modo de produção capitalista.

2.3 A Questão Social no Brasil: Aspectos da Concentração Capitalista pelo Campo

A questão social no Brasil “surge”, ou melhor, é explicitada em meados do século XIX, mas permanece por várias décadas na ilegalidade, vista como

desordem, enfrentada pelos aparelhos repressivos do Estado. É reconhecida somente a partir da década de 1930, quando deixa seu status de caso de polícia para se tornar um problema social a ser enfrentado politicamente, exigindo a intervenção do poder público.

Dessa forma, aos poucos a questão social começa a ser equacionada pelo Estado, perante a “emergência do regime de trabalho livre e toda a seqüência de lutas por condições melhores de vida e trabalho” (IANNI, 1991, p. 03).

Apreender a questão social, particularmente no Brasil, implica entender sob quais condições históricas ela foi determinada, delineando as formas como historicamente foi enfrentada:

A situação atual, com todas as mudanças que devem ser incorporadas na compreensão dessa questão, guarda traços indeléveis dessa longa história que a condiciona: colonização, lutas pela independência, modos de produção, formas de dependência, planos de desenvolvimento, tipos de estado, políticas sociais, etc. (WANDERLEY, 2004 p. 51).

Com respeito ao conjunto de determinações históricas, nos países latino-americanos Luiz Eduardo W. Wanderley (2004, p. 56) discute que:

A questão social significa, desde logo, saber quem estabelece a coesão e em que condições ela se dá numa determinada sociedade. Como é sabido, no caso latino-americano, ela foi imposta pelos colonizadores por meio do pacto colonial, e segue dirigida pelo pacto de dominação capitalista.

Para o autor, a realidade latino-americana é diversa, porém comporta características comuns, derivadas dos processos histórico-estruturais..

Nesse contexto, o quadro brasileiro abrange relações assimétricas de poder, subordinação à produção, considerando os processos de exploração econômica e dominação política. Sob a ótica do colonialismo, a necessária expansão do mercado decorrente da Revolução Industrial favorece o início da concentração do capital no Brasil.

É no período colonial, com um sistema produtivo cujo alicerce é o trabalho escravo, a produção agrícola e o latifúndio exportador, que o capitalismo se instala de forma particular no Brasil.

Enquanto na Europa Ocidental o desenvolvimento industrial vai criando novas relações entre o capital, o trabalho e o Estado e apresenta uma determinada configuração da questão social, no Brasil, temos a

concentração capitalista pelo campo como conteúdo colonial, cuja estrutura escravista e exportadora, subordinada aos pólos centrais da economia mundial e dependente deles durante séculos, marcando decisivamente a história econômica e cultural do país. (BONADIO, 2003, p. 69)

Nota-se que a herança histórica do Brasil está profundamente atrelada à dinâmica “concentracionista” do capitalismo, que se concretiza no campo sob um elemento fundamental: a concentração fundiária, balizada por um sistema de produção escravista.

Nesse momento, com o domínio da terra a partir da formação dos grandes latifúndios, ocorre o “processo de territorialização da propriedade capitalista no Brasil”.

Durante a vigência do sistema de trabalho escravo, havia uma questão social, a escravidão, considerada, porém, natural naquele momento histórico, sobre a qual, segundo Ianni (1991, p. 3), “Não se abria qualquer possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente”, porém, parafraseando Pereira, não era explicitada.

É somente após a abolição da escravidão e a emergência do trabalho livre que surge a possibilidade de negociação da questão social. De acordo com Ianni (1991, p. 3), a questão social coloca-se no Brasil quando os trabalhadores assalariados começam a se organizar na luta por melhores condições de vida e trabalho:

As diversidades e os antagonismos sociais começam a ser enfrentados como situações suscetíveis de debate, controle, mudança, solução ou negociação. [...] e o protesto social, sob diversas formas, no campo e na cidade, sugere tanto a necessidade da reforma como a possibilidade de revolução. Aos poucos, alguns setores dominantes e os governos são levados a reconhecer que a questão social é uma realidade.

De fato, a questão social, vai se tornando tema imperativo de discussões e negociações sem, portanto abalar o *status-quo* da embrionária sociedade capitalista brasileira. É nesse contexto, em meados da década de 1920, que a questão social deixa de ser tratada como *caso de polícia para se tornar caso de política*⁵. Sabe-se que mesmo diante de conquistas legais, a questão social constitui um desafio para o país, pois é marcada por avanços e retrocessos ao longo da história, principalmente no Brasil, cuja raiz social é justamente a desigualdade.

⁵ Termo formulado pelo Presidente da República, Washington Luiz.

Compreender o que se constrói “de trás dessa fachada histórica” implica pensar que não passam de estratégias cujas ações convergem para a conservação da estrutura capitalista, tendo em vista que o embate político, ainda que da correlação de forças resultem ganhos para os trabalhadores na luta por melhores condições de vida, permite negociações na medida em que interessa às frentes capitalistas preservar o seu status.

Envolvida pela conjuntura latino-americana, a sociedade brasileira é caracterizada, por discrepâncias profundas, pois, sob o capitalismo, não há relação direta entre o desenvolvimento econômico e o social.

A prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e da cidade. Precisamente as vítimas das “dificuldades agudas da fome, desnutrição, falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde”. Há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. (IANNI, 1991, p. 04).

Conforme a expansão capitalista avança, com o início do incipiente processo de industrialização e a conseqüente urbanização, percebe-se que a crescente economia é acompanhada por um agravamento da desigualdade social. Sob essas condições, a questão social é tecida por significações estruturais, tendo como cerne da realidade dos trabalhadores rurais e urbanos o desemprego ou subemprego e o pauperismo.

No curso histórico, revela-se o jogo das forças sociais com a expansão e a consolidação capitalista, onde se expressam as reivindicações trabalhistas por melhores condições de vida e trabalho, implicando aspectos tanto políticos e econômicos quanto culturais, e revela-se a tentativa capitalista de caracterizar a questão social sob dois aspectos centrais, a saber: a harmonização da relação capital/trabalho e a criminalização das ações dos trabalhadores, vistas como o caos social, estabelecendo, assim, os elos e as rupturas de uma dada sociedade.

Cabe a nós entender que a questão social no Brasil, de acordo com o momento histórico, passa por avanços e retrocessos, muito embora nunca tenha abalado a estrutura social desigual do país.

As marcas estruturais geradoras dos problemas sociais no Brasil são conhecidas principalmente no mundo rural, no qual o sistema capitalista se edificou, mesmo depois de sua modernização, sob a forma dos grandes latifúndios e a

dominação oligárquica-patrimonialista. Assim, “a situação rural integra a questão social, e se adensa na luta pela terra.”⁶

Nessa perspectiva, trataremos a seguir da organização do trabalho no campo sob o comando do capital, somando a esse contexto as implicações no âmbito social e econômico no país, definindo a questão agrária como expressão da questão social brasileira, discutindo o acesso à terra e a fixação do homem no campo, com condições de uma vida digna.

2.4. A Questão Agrária como Questão Social

Até aqui apresentamos os elementos que substanciam a proposta central deste trabalho, - a questão agrária como expressão da questão social - e apresentamos um conjunto de fatores que a determinam historicamente. O objeto de nossa análise, as relações de produção no campo, é bastante complexo, pois abrange a intensificação da concentração fundiária e, simultaneamente, a resistência dos trabalhadores na luta pela terra e a implantação dos assentamentos rurais, problemática a ser tratada com o merecido aprofundamento no próximo capítulo.

Desse modo, esta seção está organizada a partir da compreensão apresentada por José Graziano da Silva para quem a questão agrária está ligada às transformações nas *relações de produção*: como e o quê se produz, apontando como principais indicadores a maneira como se organizam o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc.

Para Bernardo Mançano Fernandes⁷, “a questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção.”

É necessário também ressaltar que a questão agrária compreende as relações de poder no bojo da correlação de forças entre sujeitos antagônicos com

⁶ Problemática apresentada por Luis Eduardo W. Wanderley, ao analisar a situação rural como questão social.

⁷ Professor Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. Departamento de Geografia.

interesses e perspectivas distintas em torno da propriedade da terra, sobretudo na realidade brasileira.

Segundo a análise de Yamamoto (1998) apud Severina Garcia (1999, p. 183),

a questão agrária apresenta-se como uma síntese privilegiada das tensões e determinações envolvidas na produção histórica da questão social no país desse final de século, ao mesmo tempo em que condensa manifestações particulares da questão social no meio rural.

Portanto, é decorrente da dinâmica perversa da estrutura agrária do país, concentracionista, cujo produto é a miséria, a exclusão e a pobreza, tolhendo a possibilidade de uma grande maioria se desenvolver e usufruir do seu próprio trabalho.

Nesse caso específico da situação rural, predominam as relações de dominação e subordinação sob o comando do capitalismo tardio brasileiro, estruturado em grandes latifúndios concentradores de capital, que produzem a questão social do campo, marcada pelo acesso desigual à terra. Na perspectiva de análise de Wanderley (2004, p. 102):

As marcas estruturais geradoras dos problemas do mundo rural são conhecidas: a propriedade da terra sob a forma de latifúndio e a dominação oligárquica-patrimonialista, no passado, mas que persiste de modo tradicional ou integrada com a modernização conservadora no presente. A implantação da empresa agrícola capitalista pouco alterou as relações de poder.

Ainda que os trabalhadores rurais estejam historicamente submetidos, aos aspectos acumulativo, subalternizador, dominador e explorador da sociedade capitalista, que sujeita a renda da terra ao capital,

A complexidade das relações de produção na agricultura brasileira é enorme. Ela advém, de um lado, da multiplicidade de formas sob as quais se organiza o trabalho no campo, sob o comando do capital [...] de outro lado, essa complexidade decorre do imbricamento que existe entre os diferentes grupos engajados diretamente nas atividades produtivas. (SILVA: 1994, p. 70).

Ao longo da história da sociedade brasileira, problematizada pela forma como o trabalho sob moldes capitalistas se organiza no campo, a luta pela terra se torna um dos elementos centrais para compreendermos a questão agrária no Brasil como expressão da questão social.

Partindo dessa perspectiva, a formação social do Brasil é profundamente marcada por raízes históricas que remontam ao processo da colonização, cuja estrutura se configura a partir da concentração da propriedade de terra. O contexto colonial introduziu a distribuição desigual das terras brasileiras, tendo como aliado fiel o arcabouço legal que modelou a ocupação territorial do país concentrando-as nas mãos de poucos, enquanto a formação do campesinato brasileiro acontecia pela expropriação e exclusão, ou seja, o não acesso à propriedade.

A concentração fundiária teve início no período colonial, quando a extensão territorial brasileira foi dividida em capitanias, as quais foram doadas pela família real a nobres que tinham todo o poder sobre elas e, também, em sesmarias, grandes áreas que foram entregues aos colonos. Nesse contexto, a posse da terra constituía fonte de poder político e econômico e, desde a formação da nação, o acesso a ela foi privilégio de poucos.

Com o declínio do sistema escravista e a conseqüente necessidade de contratação de mão-de-obra livre, os legisladores trataram logo de garantir a manutenção do privilégio, elaborando a chamada *Lei de Terras* que regulamentava os atos de compra e venda de propriedades.

É sintomático que nesse mesmo ano se crie uma nova legislação definindo o acesso à propriedade – a Lei de Terras, como ficaria conhecida – que rezava que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda dos colonos da Europa. Matavam-se, assim, dois coelhos com uma só cajadada. De um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista. (SILVA, 1994, p. 28).

O processo contraditório do desenvolvimento capitalista se expande de forma absoluta, “mas quando a mão-de-obra se torna formalmente livre todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem ‘livre’ com terra ‘livre’, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios”. (SILVA, 1994, p. 28).

Com a abolição da escravatura e o início de um período de urbanização, muitas mudanças ocorreram no país, mas a passagem do poder do campo para a cidade não impediu que as forças anti-industrialistas da burguesia latifundiária mantivessem firme a estrutura agrária.

A mudança do eixo do poder em favor das forças urbanas a partir da década de 1930 produziu enormes transformações no país, mas manteve intacto o sistema de propriedade da terra. A força da elite rural manifesta-se, de forma emblemática, na conhecida política de defesa do café, que à época confundia-se com os interesses do próprio país [...] prevaleceu um pacto conservador, que preservou a grande propriedade, excluiu os trabalhadores rurais e agricultores familiares das conquistas trabalhistas concedidas aos trabalhadores urbanos e ainda assegurou as condições para a reprodução da grande propriedade [...] (BUAINAIM, 2003, p. 5)

Cabe ressaltar que esse processo de “preservação” da estrutura desigual da sociedade brasileira não é novo e nem se revela apenas no âmbito rural, pois em países desenvolvidos, mesmo sob o sistema capitalista, o desenvolvimento econômico possibilitou a ruptura com a grande propriedade rural e a expansão da agricultura familiar, o que, não ocorreu no Brasil.

Durante o período da ditadura militar, a agricultura, vista como um obstáculo ao crescimento por ser um setor atrasado, é alvo de uma estratégia, resultante da aliança de interesses da oligarquia rural e da burguesia industrial, que estimulou a modernização dos grandes latifúndios, provocando a substituição da mão-de-obra por máquinas e implementos agrícolas. É o Estatuto da Terra que prestigia os grandes proprietários, protegendo seus interesses.

O processo de modernização agrícola iniciado na década de 60 trouxe não apenas avanços tecnológicos e comerciais, mas a destruição das tradicionais relações de dependência política e econômica, onde a concentração da propriedade da terra permitia a exploração dos camponeses [...] Por outro lado, tal processo expulsou os trabalhadores rurais para as cidades e os transformou em bóias-frias, favelados, indigentes, operários sem maior qualificação profissional [...] neste período, a fome, a miséria e a exclusão social cresceram assustadoramente, enquanto aumentavam as concentrações de terra e renda. (BERGAMASCO, 1996, p. 80).

Nesse contexto, o meio rural torna-se palco de lutas entre atores sociais estrategicamente engajados que ampliam os conflitos em torno da posse da terra e se organizam de acordo com seus interesses de classe: de um lado, uma elite latifundiária e, de outro, a grande parcela da população dos trabalhadores rurais, secularmente expropriada pelos proprietários de terras.

Trata-se de uma arena de lutas desiguais, de correlações de força e poder assimétricas, na qual, segundo Oliveira (1991) apud Fernandes (1999, p. 275), a “subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda

da terra e, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física.”

Nesse cenário, os trabalhadores rurais, historicamente expropriados de suas terras e excluídos dos processos de produção, tomam consciência de sua condição de subalternidade e, organizados coletivamente em movimentos sociais, tornam visível a sua realidade através de reivindicações. “Uma parcela destes ‘excluídos’ recomeça a luta pela terra.” (BERGAMASCO, 1996, p. 80).

Tal qual os operários pauperizados da Revolução Industrial e os trabalhadores urbanos da metade do século XX, no Brasil, o campesinato brasileiro compreende as condições de desigualdade no campo e as problematiza assumindo, desse modo, formas de luta e resistência contra a exploração e exclusão, exigindo melhores condições de vida e trabalho, sob a urgência de uma reforma agrária realizada a partir de critérios que promovessem mudanças na estrutura política e social.

No fundo o que todos os trabalhadores rurais querem – como todos os trabalhadores em geral – são melhores condições de vida e de trabalho. Se isso é possível obter trabalhando num pedaço de chão que não seja de outro, ou recebendo altos salários, pouco importa: o fundamental é que ele obtenha com isso *os frutos do seu trabalho*. (SILVA, 1994, p. 94, grifo do autor)

O campo é palco do embate político, demarcado por interesses de classes antagônicas, no qual a questão social é explicitada e negociada, e a questão agrária ganha evidência.

A reforma agrária que os trabalhadores rurais em geral reivindicam não é a pulverização antieconômica da terra; é sim uma redistribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo às formas multifamiliar e cooperativa como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade. Em resumo, não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas os habilitaria a continuarem sendo uma forma de barateamento de mão-de-obra para as grandes propriedades. Mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras (SILVA, 1994 p. 94).

A história da luta campesina no Brasil é tecida desde o surgimento das Ligas Camponesas até o atual Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. O MST é considerado, atualmente, o maior movimento popular do país com poder de pressão

capaz de problematizar a realidade do homem do campo, promovendo ações de resistência e luta frente à intensificação da concentração fundiária.

Embora não seja objetivo deste trabalho discutir o movimento descrito acima, ou qualquer outro, cabe ressaltar a sua grande importância histórica e social para a luta dos trabalhadores do campo por condições dignas de trabalho e vida, face à expansão do sistema capitalista, que pratica historicamente a exploração e concentração de capital no campo.

Segundo Fernandes (1999, p. 276), o MST, no processo contraditório das relações sociais de produção, formula estratégias de luta pelo acesso à terra por meio das ocupações:

Em seu desenvolvimento desigual, o modo capitalista de produção gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Assim, na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política – para se ressocializarem [...] É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes.

Segundo o autor, de forma geral, os acampamentos, uma das estratégias de ocupação da terra, são resultado do processo de organização coletiva dos trabalhadores rurais sob a forma de espaços de concretização das lutas contra a exploração capitalista:

Ser acampado é ser sem-terra. Estar no acampamento é resultado de decisões tomadas a partir de desejos e de interesses, objetivando a transformação da realidade. O acampado é o sem-terra que tem por objetivo ser um assentado. São duas categorias em uma identidade em formação. Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. (FERNANDES, 1999, p. 290)

O acampamento é, assim, um espaço de mobilização e pressão social para reivindicar os assentamentos rurais, uma política a ser implantada pelo governo para amenizar as desigualdades do campo, os conflitos decorrentes da luta pela terra e, também, uma conquista dos trabalhadores rurais.

Somente com uma leitura crítica da realidade, podemos considerar que a questão agrária, hoje, vincula-se a um conjunto de questões e tendências no qual as medidas governamentais não alteram a dinâmica concentracionista, as relações

sociais de produção e a correlação de forças, evidenciando-se sua cumplicidade com o poder conservador capitalista, sob a égide do neoliberalismo, da globalização e de grandes empresas rurais.

A rigor, nunca houve uma política de reforma agrária no Brasil. No entanto, os problemas no campo se avolumam. As lutas continuam árduas e diversificadas, envolvendo ocupações, acampamentos, trabalho escravo, despejos, destruição de bens, desrespeito à legislação trabalhista, questões sindicais e de política agrícola, saques, bloqueios de rodovias, garimpos. (MARTINS⁸, 2002, p. 40)

Diante do exposto, no quarto capítulo apresentaremos uma reflexão sobre os assentamentos rurais como palco de luta pelo acesso à terra. Para tanto, o próximo capítulo trata dos processos de exclusão social vivenciados historicamente no cotidiano dos trabalhadores rurais. Objetivando compreender o sujeito, o trabalhador do campo, precisamos, necessariamente, entender a que determinações sociais, econômicas e históricas estão submetidos.

É nos assentamentos rurais que se materializam as expressões da questão social, considerando o cenário atual como o arcabouço de novos embates políticos, onde se instala nova correlação de forças.

Desse modo, propomos a problematização dos processos de exclusão social no campo e optamos pelas categorias da exclusão integrativa, sob a concepção das quais os sujeitos sociais, marcados por uma trajetória peculiar, detêm um lugar na sociedade capitalista, porém ocupam esse lugar de forma precária e excludente.

Portanto, tratamos de abordar os processos de exclusão social intrinsecamente relacionados com o acirramento da questão social, produto de um sistema desigual que marginaliza, desqualifica e desampara os indivíduos das classes subalternas.

Trata-se de apreender as trajetórias de vidas marcadas profundamente por tais condições objetivas, que provocam sentimentos de insegurança, incerteza, fragilidade, mas também ações de resistência, rebeldia e luta.

⁸ Mônica Dias Martins é pesquisadora da rede de ação e pesquisa sobre a terra e da rede social de justiça e direitos humanos. O referido trecho do corpo do trabalho foi retirado do periódico DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: 2002: **Relatório da rede social de justiça e direitos humanos**.

3 PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL

Os novos tempos reafirmam e acentuam problemas sociais históricos, quando a dinâmica do capital que transita entre a flexibilização e a precarização das relações de trabalho, a dicotômica relação entre desenvolvimento econômico e social, e a globalização pautada em projetos neoliberais constituem o pano de fundo da exclusão social, com um número cada vez mais crescente dos chamados “excluídos”. Trata-se de sujeitos sociais que vivenciam no seu cotidiano a pobreza, a miséria, o desemprego estrutural, a informalidade do mercado, a moradia precária, a privação dos serviços de saúde e educação de qualidade, a expulsão do campo, a urbanização descontrolada etc, ao mesmo tempo agentes e vítimas de processos sociais desiguais.

Mais do que a pobreza, que pode ser concebida de forma estática e como mensuração, trata-se de processo que empurra, progressivamente, para fora da esfera produtiva àqueles segmentos populacionais menos qualificados. É, de fato, a desilusão na crença de que o progresso traria bem-estar para todos, evidenciando não se tratar de um fenômeno individual, mas sim social. (PAUGAM, 2003, p. 14).

Diante do que discutimos, podemos pensar que os processos de exclusão social são expressões das determinações sociais e históricas da questão social, constituindo-se experiências diárias da população empobrecida. É preciso centralizar os processos de exclusão na questão do trabalho, cujo eixo está inscrito nas contradições do sistema capitalista.

Desse modo, buscamos discutir os processos de exclusão social associados à dinâmica da sociedade capitalista, tendo como perspectiva de análise o referencial construído por José de Souza Martins, que percebe os *excluídos sociais* como produto dos processos sociais de inclusão capitalista, ou seja, sujeitos integrados em um sistema estruturado na desigualdade. Parafraseando Pierre Bourdieu⁹, trata-se da *estrutura do sistema capitalista que produz os “excluídos do interior”*.

Nessa concepção, Martins (1997) apud Wanderley (2004, p. 136) afirma:

⁹ Importante sociólogo francês, desenvolveu trabalhos de antropologia e sociologia, no qual alcançaram várias áreas do conhecimento humano, sendo consagrado como um dos maiores intelectuais do seu tempo.

Por isso, rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte delas ainda que os negando [...] De repente, essa categoria tão extremamente vaga (no sentido de imprecisa e vazia) que é a exclusão, substitui a idéia sociológica de processos de exclusão (entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização).

Reafirmando o paradigma apresentado, o de *inclusão no sistema capitalista de forma precária e marginalizado* de acordo com os próprios interesses do capital para sua reprodução, Maria Carmelita Yazbek, (2003, p.34), apresenta:

A abordagem conceitual da exclusão, configura-se como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída. É uma exclusão integrativa.

Com isso afirmamos como paradigma de fundamentação da nossa análise os processos de exclusão social que se expressam como um dos indicadores de uma forma de inserção social, na qual as condições de vida e trabalho de uma determinada classe social são reguladas pela desigualdade, anunciada nas relações sociais vigentes. Esse grupo é composto por indivíduos inseridos em um sistema que os marginaliza, os desqualifica e os *exclui*, delineando desse modo seu lugar no tecido social.

Sob essa perspectiva, assinalamos o recorte conceitual que nos permite compreender a questão dos processos de exclusão sob a esfera das relações sociais de produção, tendo em vista que são essas relações, “que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade”. (YAZBEK, 2003, p.34). É nesse sentido que reiteramos a necessidade de compreender os processos de exclusão social sob a perspectiva da dinâmica do sistema capitalista, na medida em que sua forma de integração social caracteriza os sujeitos a partir da posição que ocupam nas relações sociais.

Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas”

e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social.(YAZBEK, 2003, p.34).

Das diversas perspectivas, destacamos também a formulada por Castel (1998) apud Serra (2000, p.92):

Para Castel, o que se configura hoje no mundo globalizado não é a exclusão social nos termos em que é considerada comumente, mas um processo de desfiliação social. Exclusão para ele é imobilidade, designa "estados de privação" com maior visibilidade geográfica e com características de determinada cultura e subcultura. Já o conceito de desfiliação é mais adequado porque pertence ao mesmo significado do que hoje está ocorrendo, ou seja, dissociação, desqualificação e invalidação social.

A concepção apresentada por Robert Castel sinaliza aspectos nos quais os processos de exclusão social são dinâmicos e oscilantes e, por isso, seu referencial é importante para entendermos o fenômeno da "exclusão social", pois, de acordo com a inserção do sujeito no mundo do trabalho, sua situação pode oscilar da atividade estável à vulnerabilidade social, até à inexistência social.

O presente trabalho não pretende discutir os aspectos que envolvem o conceito de zonas de integração formulado por Castel, no que se refere ao sujeito que vai sofrendo paulatinamente *rupturas* nas relações sociais. Assinalamos, porém, que o autor constrói uma nova perspectiva consoante com a nossa análise ao considerar que, no momento atual, prefere o termo *desfiliação*¹⁰ no sentido em que a "exclusão é estanque. Designa um estado, ou melhor, estados de privação. Mas a constatação de carências não permite recuperar os processos que engendram essas situações." (CASTEL, 2004 p. 26).

Com o exposto, desdobraremos a seguir a discussão sobre os processos de exclusão social, a partir das situações da desqualificação e insegurança social, intrinsecamente associadas a um processo desigual das relações sociais de produção no sistema capitalista, advindas da precarização do trabalho.

¹⁰ Neologismo derivado do termo francês "*desaffilié*".

3.1 A Exclusão Integrativa: a Desqualificação e a Insegurança Social

Na trama social tecida pelo sistema capitalista, o trabalho é elemento fundamental de integração, sendo que a inserção do sujeito depende do lugar que ocupa na divisão social do trabalho. Nesse contexto, o avanço neoliberal numa sociedade globalizada delinea o processo de precarização das relações de trabalho que pode levar a sociedade a vivenciar momentos críticos:

[...] uma sociedade atingida pelo desemprego e pela precarização do emprego é uma sociedade em estado de risco social, uma ameaça à coesão social que advém da condição de estabilidade que o trabalho acarreta. Portanto, pode-se considerar que o núcleo da “questão social” hoje possa advir dessa desestabilização na condição do trabalho que provoca incertezas de um lugar social [...] as incertezas de um futuro estável podem desencadear um feixe de reação e de manifestações de toda ordem, provocando a sensação de não existência social. (SERRA, 2000, p. 96).

Serge Paugam (2003, p. 14) discute o processo de precarização do trabalho, cujo elemento principal é o fenômeno do desemprego estrutural, definindo a situação de exclusão a partir do conceito de desqualificação social¹¹. O autor se refere à:

[...] precariedade do trabalho, à ausência de qualificação, ao desemprego, à incerteza do futuro, enfim, ao pauperismo, associado à crise da sociedade industrial (desde o século XIX até a de hoje) e à exclusão propriamente dita. Referem-se ambos à nova condição de privação material, à degradação moral [...] processo de deslocalização social, de perda de referências [...]

Desse modo, Paugam (2003) ainda aponta que o processo de desqualificação social se dá por perdas progressivas, que levam as pessoas a um deslocamento social, deixando marcas profundas de inferioridade e de fragilidade, expressas por um conjunto de carências e privações vivenciadas no próprio cotidiano:

O desemprego, as dificuldades de inserção profissional, a brutal perda de uma moradia ou fato de residir em um cite {conjunto habitacional} degradado e socialmente desqualificado constituem experiências sociais dolorosas. As pessoas que passam por isso têm a sensação de estarem deslocadas, ou seja de estarem em uma situação social inferior a que

¹¹ Segundo o dicionário Aurélio, desqualificação refere-se no ato ou efeito de desqualificar-se. No que tange à perspectiva assinalada neste trabalho, a desqualificação social é produto de determinações históricas circunscritas na dinamicidade perversa do sistema capitalista que, para sua própria existência, desqualifica os sujeitos que são inúteis para a apropriação de seus frutos, mas úteis para a produção e reprodução do capital.

conheceram antes. O desemprego é vivido como uma experiência humilhante por aqueles que já exerceram uma profissão estável e que vêem suas chances de reintegração profissional se restringir dia após dia. (PAUGAM, 2003, p.22)

O fato de estar desempregado, morando em condições precárias, de não ter acesso a bens e serviços socialmente produzidos, enfim, privado de uma vida com um mínimo de qualidade, provoca no indivíduo sentimentos de fragilidade, vulnerabilidade e insegurança social, levando às margens do risco social e cuja alternativa de vida é unicamente a luta pela sobrevivência, pautada na incerteza do presente, e, o que dirá, do futuro.

Esses sentimentos de incerteza e insegurança tomam conta do cotidiano das pessoas, que assistem à pulverização da proteção social e simultaneamente ao desmonte de seus direitos sociais. É no contexto de minimização da figura protecionista estatal que os indivíduos experimentam a insegurança social, como afirma Castel (2005, p. 08):

[...] as sociedades modernas são construídas sobre o terreno da insegurança, porque são sociedades de indivíduos que não encontram, nem em si mesmos, nem em seu entorno imediato, a capacidade de assegurar sua proteção. Se é verdade que essas sociedades estão ligadas à promoção do indivíduo, elas também promovem sua vulnerabilidade, ao mesmo tempo que o valorizam. [...] o sentimento de insegurança não é exatamente proporcional aos perigos reais que ameaçam a população. É antes o efeito de um desnível entre uma expectativa socialmente construída de proteções e capacidades efetivas de uma determinada sociedade de colocá-la em prática. A insegurança, em suma, é em grande parte o reverso da medalha numa sociedade de segurança.

Na expansão do capitalismo, a existência de uma mão-de-obra desqualificada “cria uma população sobrando, cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade na luta pela vida a cada dia”, sistema que, para a expansão do capital, estreita as possibilidades de expansão humana:

Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade (YAZBEK, 1996 p.61).

Diante do exposto, podemos afirmar que os sujeitos sociais são submetidos a processos de inserção capitalista que “sob a aparência da inclusão, reitera a

exclusão, pois inclui de forma subalternizada”. Esse processo de exclusão que integra as pessoas a um sistema edificado pela desigualdade social, tem como produto a internalização subjetiva de sentimentos de inferioridade e de submissão, do medo, do respeito ao *status-quo* e do cada um por si, através de certos mecanismos sociais que consolidam o mais perverso de seus resultados: a subalternidade.

3.2 Subalternidade: Expressão da Exclusão Integrativa

“Numa sociedade marcada pela exclusão, as precárias condições de vida das classes subalternizadas estão carregadas de um patrimônio social e de relações sociais, que muitas vezes, vão cunhar e reiterar o lugar social do subalterno. (YASBEK, 1996, p. 73).

Conforme o exposto neste trabalho, a subalternidade, produto de relações sociais e de produção desiguais, constrói nos sujeitos sentimentos de inferioridade, submissão e fragilidade, relacionados a processos devastadores da exclusão social.

Essa subjetividade, decorrente de condições objetivas reais, tem como consequência, nas classes subalternizadas, a construção de uma bagagem cultural, econômica e social marcada pela exploração e pela exclusão.

Como já discutimos, tais processos não são naturais, como se pauta a seleção na teoria darwiniana, porém têm sua raiz histórica na questão da dominação, que impõe aos menos favorecidos a condição de subalternidade. “O fato de a presença dos ‘pobres’ em nossa sociedade ser vista como natural e banal (Falcão, 1989) despolitiza o enfrentamento da questão e coloca os que vivem a experiência da pobreza num lugar social que se define pela exclusão.” (YAZBEK, 1996, p.61).

Partindo desse pressuposto, Martins (1989) apud Yazbek (1996, p. 68) afirma que o núcleo constitutivo da condição de subalterno é a exclusão, de uma forma particular no capitalismo, no qual criam-se reservas de mão-de-obra e se transforma o pauperismo em despesa extra da produção. Trata-se da reafirmação da exclusão integrativa, que se define pelo mínimo usufruto das riquezas produzidas socialmente.

Nessa perspectiva, a subalternidade ganha dimensões mais amplas. Não expressa apenas a exploração, mas também a dominação e a exclusão

econômica e política. A teoria da superpopulação relativa teria maior consistência se fosse melhor examinado o seu elemento central – a criação de excedentes populacionais úteis, cuja utilidade está na exclusão do trabalhador do processo de trabalho capitalista e sua inclusão no processo de valorização por meio de formas indiretas de subordinação do trabalho ao capital.

De fato, os processos de exclusão social, no tocante à exclusão social integrativa, podem redundar em uma existência pautada na subalternidade. Cabe ressaltar que o presente trabalho considera tal abordagem necessária, no sentido em que a subalternidade é um processo social, histórico e objetivo que se materializa subjetivamente, quando a dinâmica da exploração, dominação e exclusão modela sentimentos de inferioridade, marcando a trajetória de vida do sujeito, caracterizada pela privação do usufruto das riquezas socialmente produzidas e dos direitos sociais.

Para a aproximação dessas condições com o universo do trabalhador do campo, especialmente do assentado, é fundamental discutir o desdobramento dos processos de exclusão social, considerando a diversidade e particularidade das classes subalternas, suas fragilidades, limites e sua força ou potencialidade como classe social.

3.3 Processos de Exclusão no Campo: o Desdobramento da Incerteza

Em conseqüência da discussão apresentada sobre os processos de exclusão social, propomos construir uma análise sobre tais processos e seu desdobramento no âmbito rural, não em seu todo, mas particularmente nos assentamentos rurais. Ao privilegiarmos os assentamentos rurais, delineamos o ponto central de nossa reflexão, cujos elementos gerais se materializam de forma peculiar no cotidiano do campo.

Na verdade, discutir a questão dos processos de exclusão social integrativa no campo implica analisar a realidade do trabalhador rural, a qual compõem um elenco de problemas sócio-históricos.

A análise da organização social é fundamental para compreender a questão agrária, pois é ela que define as formas de acesso à terra e a relação dos indivíduos com ela. Considerando que a exclusão social no campo expressa a correlação de forças e as relações de dominação entre classes sociais, partimos do seguinte

questionamento: *Quem usufrui do patrimônio territorial e natural no Brasil?* O meio rural é palco de uma organização social e econômica que reproduz a pobreza e a exclusão social, sendo um dos elementos centrais dessa ordem injusta a desigualdade no acesso à terra.

A ocupação do território nacional, ocorrida de forma arbitrária, reabre os dilemas históricos da questão agrária na qual interagem sujeitos sociais com projetos e interesses distintos, tendo uma grande massa da população campesina sido historicamente explorada e expropriada com a expansão capitalista dos grandes latifundiários. Nesse caminho, grupos de trabalhadores rurais sem-terra ficam à margem, *jogados a própria sorte*.

Sob essa perspectiva, os processos de exclusão social no campo trazem consigo marcas históricas que comportam elementos significativos, operando de forma distinta no dia-a-dia dos assentados.

Dessa forma, consideramos fundamentais as determinações estruturais e sociais do sistema capitalista, pois a própria forma como parte desses trabalhadores rurais conseguiu a posse da terra, lhes configura uma trajetória de vida peculiar, marcada por processos de exclusão, subalternidade, marginalidade, mas, ao mesmo tempo, de muita luta e resistência. Somente o fato de ser acampado e futuramente assentado, representa para esses trabalhadores uma inserção social pautada na exclusão, na medida em que a existência de um sistema agrário injusto e desigual determinou a construção objetiva e subjetiva de sujeitos que se tornaram assentados rurais.

Nesse contexto, acrescida a uma estrutura desigual de ocupação territorial, há uma imensa desigualdade no acesso à renda. Dados do Censo Demográfico de 2000 citados no II Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado e sancionado em novembro de 2003, apontam que “cinco milhões de famílias rurais vivem com menos de dois salários mínimos mensais [...] É no meio rural brasileiro que se encontram os maiores índices de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade, de analfabetismo”. (PNRA, 2003, p. 12)

Esse enorme índice de pobreza é resultante das privações ou restrições ao acesso de bens e serviços indispensáveis à reprodução biológica e social, e mais, do desenvolvimento da capacidade humana:

Os pobres do campo são pobres porque não têm acesso à terra suficiente e políticas agrícolas adequadas para gerar uma produção apta a satisfazer as necessidades próprias e de suas famílias. Falta título de propriedade ou posse de terras, ou estas são muito pequenas, pouco férteis, mal situadas em relação aos mercados e insuficientemente dotadas de infra-estrutura produtiva. São pobres, também, porque recebem, pelo aluguel de sua força de trabalho, remuneração insuficiente; ou ainda porque os direitos da cidadania – saúde, educação, alimentação e moradia - não chegam. O trabalho existente é sazonal, ou o salário é aviltado pela existência de um enorme contingente de mão-de-obra ociosa no campo. (PNRA, 2003, p.12)

Tal situação vem de longa data e tem sua base histórica na organização social capitalista. Afirma-se, na contemporaneidade, sob a égide do neoliberalismo, o agravamento de tal realidade, com a modernização da agricultura, que provoca o desdobramento dos processos de exclusão, de incerteza, de desqualificação social e de insegurança social existentes na realidade do campo.

Não se consegue assegurar com a posse da terra o acesso a bens socialmente produzidos e que afetam diretamente a qualidade de vida do trabalhador rural sem-terra. Ao mesmo tempo em que o Estado não consegue garantir a segurança social, exacerba-se o crescimento da incerteza, pois as pessoas vivenciam cotidianamente o desmonte dos direitos sociais.

A situação de pobreza, exclusão social, marginalização, miséria, falta de acesso aos bens sociais, que grande número de famílias experimentaram quando estavam ainda nos acampamentos, simplesmente deslocou-se para a realidade dos assentamentos rurais. A demanda por terra, primeira reivindicação, é substituída agora pela luta por acesso a educação, saúde, trabalho, habitação decente, lazer, enfim, a condições dignas de existência.

Temos a clareza que os assentamentos rurais, em todo Brasil, são historicamente marcados pela produção e reprodução da desigualdade social, portanto, não podemos estreitar nossos olhares e considerá-los apenas como uma *“favela rural”*. Cabe a nós enxergar a potencialidade desses assentamentos que estão inseridos em um complexo social que é palco de luta no acesso à terra, expressão da correlação de forças entre classes antagônicas na defesa de seus próprios interesses.

Nesse embate estão envolvidos sujeitos que produzem e vivenciam as expressões da questão social e a ela resistem defendendo a vida no seio de uma sociedade profundamente desigual.

4 ASSENTAMENTOS RURAIS, LUTA E RESISTÊNCIA: EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DA QUESTÃO AGRÁRIA

Os assentamentos rurais não são somente o resultado de uma estrutura socioeconômica injusta e desigual da ocupação territorial brasileira, mas também do embate político travado entre os trabalhadores rurais sem-terra e os grandes latifundiários, grupos os quais, mesmo que assimetricamente, mobilizam estratégias e esforços para defender seus interesses.

Analisar a questão agrária relacionada a conflitos por terra é reduzir sua amplitude da questão, visto que eles não se limitam apenas a um momento específico de enfrentamento das classes sociais nele envolvidos. Como afirma Bernardo Mançano Fernandes, (2004, p. 02) :

O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização–desterritorialização–reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais.

De um lado, os trabalhadores, historicamente explorados e expropriados da terra e, de outro, os latifundiários, grandes proprietários, os “*capitalistas rurais*”, que dominam e exploram a força de trabalho campesina. Nesse cenário se constrói um espaço onde interagem outros sujeitos sociais representativos do Estado, da Igreja, dos sindicatos, dos partidos políticos, ONG’s etc, desenvolvendo-se novas formas de interação e inserção social.

Os assentamentos rurais, implantados por ação governamental, são considerados palco de lutas e conquistas sociais, no qual, em seu cotidiano, materializam-se as expressões da questão social. De fato, “os assentamentos, embora sejam um fenômeno recente, deitam raízes na questão agrária. Emergem da luta desigual na demanda por terra entre grupos e setores das classes sociais”. (GARCIA, 1999, p. 183).

Sônia Maria Bergamasso¹² (1996, p. 08), afirma que de forma genérica:

[...] os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária.

Embora os assentamentos rurais sejam produto de lutas e conquistas sociais, sua implementação se dá por meio de políticas públicas que, a partir da década de 1980, visam ao controle e à mediação dos conflitos fundiários, bem como à manutenção do *status-quo* agrário. No entanto, é preciso levar em conta que a ação governamental também dimensiona as reivindicações e os ganhos da grande massa trabalhadora rural que se mobiliza para combater as injustiças e a desigualdade social na luta pela terra, inserida em um Projeto de Reforma Agrária, pois é nesse espaço que se materializa a questão social.

Desse modo, para Garcia (1999, p. 183) trata-se de:

[...] um palco de luta e resistência, sendo representativa a bandeira pela reforma agrária, que assume dimensão nacional no início dos anos 60 e vem se mantendo na ordem do dia nas últimas décadas, sob diferentes perspectivas. Os assentamentos rurais expressam um momento na trajetória desses segmentos, como reação à marca da exclusão sócio-econômica e político cultural. Isso implica tratar questões relacionadas aos processos de trabalho, a luta pela terra como uma luta por trabalho, agravada pelo desemprego estrutural nesse momento de globalização da economia e da ofensiva neoliberal.

A questão da reforma agrária recoloca o debate nas agendas públicas de todo o país, e o movimento dos trabalhadores inscreve na ordem do dia as precárias condições de vida e de trabalho dos que habitam no campo. Com base em uma intensa mobilização, cujo lema - “ocupar, resistir e produzir” -, vocaliza as demandas e as necessidades dos trabalhadores rurais, resta ao Estado implantar os assentamentos rurais para reduzir a crescente pressão social, com uma política de desapropriação de terras.

¹² Segundo Bergamasso, o termo “assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países”.

O processo de implantação dos assentamentos rurais no Brasil ocorre por meio de um processo lento e gradual que vai se concretizando de forma irregular. Para Norder (1997) apud Bergamasco (1997, p. 02), “São projetos criados muito mais para resolver situações de conflitos localizados do que situações de pobreza e exclusão social, ou mesmo para resgatar o potencial produtivo da agricultura familiar.”

Ainda que os projetos de assentamentos rurais tenham a sua base de sustentação num Projeto de Reforma Agrária cujo objetivo primordial é “estabelecer um sistema de relações entre os homens, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país.¹³”, em contrapartida, essa reforma agrária que amplia a preocupação com a questão social, ao mesmo tempo reafirma modelos de desenvolvimento do capitalismo rural, cujo cerne é a desigualdade social e injustiça.

Observam-se, portanto, contradições entre a forma como os Projetos de Assentamento foram implementados, o paradigma da reforma agrária brasileira, e a execução legal do Estatuto da Terra.

Partimos da compreensão de que os trabalhadores rurais sem-terra, cuja identidade e trajetória de vida são marcadas pela exclusão social e pela desigualdade, mas também por uma grande potencialidade para a luta e a mobilização, ao conquistarem a tão sonhada terra, inseridos em novas interações sociais, iniciam um caminho árduo para garantirem a sobrevivência e a permanência na terra.

Cabe ressaltar que a condição de assentado, que lhe é imposta e não escolhida, traduz um salto na qualidade de vida e de trabalho, porém as condições que lhes são oferecidas emergem muitas vezes em um espaço que continuamente reproduz a exclusão social. Segundo Bergamasco (1996, p. 56), a conquista da terra impõe aos assentados desafios, incertezas e expectativas sobre a produção econômica:

[...] nem sempre este ambiente no qual os produtores se inserem é adequado às suas necessidades, e sua precariedade pode impedi-los de obter avanços produtivos. A carência de meios de trabalho pode fazer com que os assentados entrem num sistema que dê continuidade à pobreza.

¹³ Artigo 16 do Estatuto da Terra, regulamentado pela lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964.

Parece-nos um paradoxo que a conquista da terra pelos trabalhadores rurais não lhes propicie transformar suas relações históricas de subalternidade, exclusão e desigualdade. Isso porque estão sistematicamente inseridos em um Projeto de Reforma Agrária que não consegue garantir nem mesmo condições dignas de sobrevivência, criado para implantar políticas públicas de “faz de conta”, no qual as estatísticas governamentais insistem em reafirmar a “culpabilização dos sujeitos sociais”, mascarando o drama de quem possui um pedaço de terra, inserido de forma precária e excludente. Tal afirmativa nos remete à questão da exclusão integrativa, discutida no capítulo anterior, sob cuja concepção monta-se um sistema de inclusão que reproduz a desqualificação social e não favorece o acesso aos direitos sociais e ao exercício da cidadania.

4.1 O Drama (dos Assentados) de Quem Possui a Terra

*E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?*

*Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja a galope,
você marcha, José!
José, para onde?¹⁴*

A conquista e a posse da terra não são sinônimos do fim da trajetória de luta, pois novos desafios e incertezas apresentam-se ao assentado em suas novas formas de interação e inserção social. A implementação dos Projetos de Assentamento Rural implica novas necessidades que, na maioria das vezes, não são atendidas. Jogados à própria sorte, carregam consigo a situação de pobreza, de

¹⁴ Fragmento retirado do poema “José” de Carlos Drummond de Andrade.

exclusão e de miséria de sua condição anterior, vivenciando obstáculos que restringem a expansão das potencialidades humanas.

Dessa forma, ainda que se reconheça a importância histórica dos assentamentos rurais pelo fato de representarem uma efetiva distribuição de terras e uma relativa redução do sistema de latifúndio no país, sua implantação, da forma como vem sendo feita e refeita está longe de concretizar a reforma agrária no Brasil.

Em contrapartida, para Xico Graciano (2004, p. 338), a idéia dominante da questão agrária, não se reduz mais à distribuição de terras e à concentração latifundiária:

O processo de modernização da agropecuária brasileira prescindiu, infelizmente, da divisão da terra. Grandes empresas rurais tomaram o lugar dos latifúndios. A industrialização e os serviços urbanos ultrapassaram as restrições da economia primário-exportadora. A nação evoluiu. Mas o capitalismo, como não poderia deixar de ser, criou exclusão. E na era global reforçou as desigualdades sociais.

Para o autor, “a idéia do distributivismo agrário, correta no passado, encontra-se ultrapassada pela realidade do presente”:

É possível que a simpatia pelo distributivismo agrário derive de um certo sentimento de culpa que os ricos têm pela histórica miséria que assola o país [...] Mas é sintomático. Ninguém ousará negar que a riqueza urbana se alimentou da mão-de-obra barata expulsa do campo pelo violento êxodo rural [...] resta, portanto, uma dívida a pagar e, imagina-se, nada melhor que um pedacinho de terra, se possível bem distante daqui, para os pobres arrumarem sua vida. Por tabela, a reforma agrária ajuda a resolver a insegurança que acomete as metrópoles, distanciando a criminalidade da burguesia. (GRAZIANO, 2004, p. 30).

E reafirma que, “Essa mácula da cidadania rica advém da incapacidade da sociedade brasileira em realizar, no passado, um processo mais justo de ocupação territorial” (GRAZIANO, 2004, p. 36). A injusta distribuição de posse da terra remonta as origens de um sistema agrário *crescido e viciado na exclusão*.

Desse modo, o autor considera necessário romper com a idéia de que a simples distribuição de terras é o único caminho para solucionar as condições de miséria em que vivem milhares de trabalhadores. Na realidade, o núcleo da questão agrária moderna reside nos “com-terra”, sujeitos inseridos em um projeto de reforma agrária, que lutam desesperadamente para sobreviver em meio à osmótica dinâmica global. Portanto, a questão agrária, hoje, não é uma questão de terra, mas sim uma *questão de gente*.

Cabe ressaltar que a idéia não é desconsiderar a importância da distribuição de terras, porém é importante pensar que esse paradigma distributivo, que representa uma inserção precária no sistema de produção capitalista no campo, apenas reproduz a condição de miserabilidade dos trabalhadores rurais. Por isso, neste momento, nossas atenções se voltam à complexa questão do assentado.

É sob esse aspecto que Xico Graziano corrobora com o presente trabalho, quando afirma que a mera distribuição de terras não solucionará a questão agrária no país, pois, na medida em que são implantadas políticas públicas que não atendem as necessidades e demandas dos assentados, verifica-se apenas um deslocamento da pobreza, haja vista as precárias condições de vida e trabalho no cotidiano dos assentamentos rurais.

Com a conquista dos assentamentos, esta população começa a procurar solução para novos problemas e desafios: o difícil acesso aos instrumentos de política agrícola, a baixa fertilidade em boa parte destas áreas, a falta de assistência técnica, o descaso estatal para com o sistema de saúde, transporte, eletrificação rural e educação. Criados para atenuar os conflitos sociais no campo, os assentamentos não são inseridos num programa estratégico de desenvolvimento socioeconômico. A marginalização adquire uma nova face [...] (BERGAMASCO, 1996, p. 80).

Dessa forma, nossos esforços apontam para a problematização da situação dos trabalhadores rurais assentados que, após um longo período de mobilização pela posse da terra, continuam reproduzindo processos sociais excludentes.

Bergamasco (1996), ao analisar o I Censo da Reforma Agrária no Brasil¹⁵, afirmam que:

Algumas informações contidas no censo permitem identificar a persistência de graves problemas sociais ainda sem equacionamento. Isso reafirma que “a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infra-estrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio crédito e comercial)...

Segundo as autoras, o censo pretende demonstrar que a edificação de um novo modo de vida pelos assentados extrapola a simples polêmica dos números que, revestidos de relatividades, não expressam a realidade cotidiana dos assentamentos rurais: seus problemas, suas dificuldades, suas estratégias de

¹⁵ O I Censo da Reforma Agrária no Brasil é resultado de uma pesquisa empreendida pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

sobrevivência e permanência na terra, enfim, o seu entendimento como “*espaço social produzido*”.

Podemos afirmar que a conquista da posse da terra, não garante ao assentado a capacidade de se desenvolver social, econômica e politicamente. Na realidade, a ele se apresentam novos desafios, como o de permanecer e sobreviver nela, enfrentando as adversidades de sua situação num país em que a desigualdade nos afronta a cada dia.

Claro está que os assentamentos rurais no Brasil representam significativas mudanças para as famílias lá instaladas, no que diz respeito a uma nova forma de produzir, exigindo delas trabalho e atividades que não faziam parte do seu cotidiano anteriormente.

“Estas alterações socioculturais e econômico-institucionais, no entanto, nem sempre contam com um adequado suporte das políticas públicas, uma decorrência das próprias relações de forças presentes no interior do Estado”. (BERGAMASCO, 1997, p.13). Com isso, podemos reabrir a questão inicial: “E agora, José?”

4.2 A Perspectiva do Desenvolvimento como Liberdade

“O livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos”. (Karl Marx)

No final do século XX, a humanidade conta com diversas forças produtivas e as novas tecnologias ampliam a capacidade do homem de gerar bens e serviços.

Ao mesmo tempo, na mesma intensidade, constrói os processos de exclusão e desigualdade sociais a que são submetidos milhares de pessoas por todo o mundo globalizado. Bernardo Kliksberg (2003, p. 105) afirma que:

Alcançar a desejada meta do desenvolvimento econômico e social é mais viável que nunca em termos de tecnologias e potencial produtivo. Porém, ao mesmo tempo, o objetivo se encontra muito distante de amplas populações em diversos continentes, entre eles, na América Latina. A “aldeia global” em que se transformou o planeta, onde as inter-relações entre os países e os mercados se multiplicam continuamente, parece caracterizar-se por uma explosão de complexidade, direções contraditórias de evolução e altas doses de incerteza.

Como vimos, os processos de exclusão social persistem no campo. No que se refere aos assentamentos rurais, essa marca histórica e social é muito mais evidente. É lá que ela se materializa. A análise dos elementos apresentados, que constituem a questão agrária no Brasil e que moldam os assentamentos rurais, levamos a pensar e a discutir a questão do desenvolvimento.

Na concepção capitalista, o desenvolvimento é visto sob um prisma econômico reducionista pautado no crescimento da agricultura tendo como base a expropriação e a exploração dos trabalhadores do campo, o que favorece o êxodo rural e leva a outras conseqüências, como por exemplo, a violência.

Concordamos com Fernandes (2004, p. 02), o desenvolvimento sob a perspectiva do conflito, no qual se apresenta em uma sociedade capitalista, cujo conflito por terra é a base histórica e dinâmica do capital rural:

Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento "territorial" rural e nestes se desdobram. Apresentamos uma crítica às visões de desenvolvimento territorial rural que não têm o conflito como processo presente. Esses conceitos são insuficientes e os projetos realizados fracassam exatamente porque ignoram um dos principais movimentos do desenvolvimento – os conflitos sociais.

Desse modo, não podemos falar em desenvolvimento rural nos assentamentos se considerarmos apenas a perspectiva econômica, estreitamente ligada ao capitalismo, que coloca a grande massa trabalhadora rural na condição de exclusão social, pobreza, miséria, produto exatamente desse tipo de desenvolvimento, que em nome do progresso mantém milhares de pessoas em situações de privação, destituição, exclusão social, opressão etc.

Em contraponto a essa visão restrita de desenvolvimento, concordamos com o conceito formulado por Amartya Sen¹⁶, sob o qual o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas só poderão efetivamente vivenciar na dependência de determinados fatores, como afirma:

“O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.” (SEN: 2000, p. 08).

¹⁶ Ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998.

Em consonância com o autor, podemos afirmar que o desenvolvimento sob uma visão mais ampla e complexa, implica a expansão das possibilidades humanas, ressaltando a importância de ser a liberdade o fio condutor do desenvolvimento real. Trata-se da liberdade substantiva de ampliar as capacidades humanas, para que as pessoas consigam realizar aquilo que realmente é importante para elas.

Pois, “O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas”. (SEN: 2000, p.19).

Nessa perspectiva, é preciso considerar que a questão do desenvolvimento rural nos assentamentos rurais implica ir muito além de mínimos subsídios econômicos, pois o desenvolvimento como liberdade requer o pressuposto da sustentabilidade na terra, isto é, que o sujeito possa realizar o que realmente valoriza, no sentido em que a terra é para o trabalho, expressão da relação entre o ser social e a natureza. Como vimos, porém, no sistema capitalista, a terra adquire outro significado, “vista como reserva de valor e geradora de lucros, é para a exploração”.

Reiterando, portanto, o que já afirmamos anteriormente, a mera distribuição de terras não leva necessariamente ao desenvolvimento, pois:

[...] a visão da liberdade aqui adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos e civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm de realizar o mínimo do que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar de morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária). (SEN: 2000, p. 31).

De forma geral, a privação de liberdade é decorrente de determinados fatores, principalmente aqueles que estão relacionados às situações de pobreza e/ou de carência de serviços públicos eficazes:

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, à oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social [...] (SEN: 2000 p. 18).

Sob a concepção do autor, podemos considerar que, se a ausência de recursos próprios bem como de serviços públicos caracteriza a privação de liberdades, os trabalhadores dos assentamentos são exemplo dessa situação, para a qual foram conduzidos em decorrência de razões históricas e estruturais da sociedade capitalista brasileira. Inseridos numa nova forma de interação e de relações sociais que demandam recursos dos quais não dispõem, são personagens do processo de deslocamento da pobreza de sua condição anterior para a nova situação como assentados.

Amartya Sen (2000) vai além, quando considera as liberdades dos indivíduos como os elementos constitutivos básicos do desenvolvimento.

Assim, atenta-se particularmente para a expansão das “capacidades” [capabilities] das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam - e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. (SEN: 2000, p. 32).

Desse modo, entendemos que o desenvolvimento é estruturado em uma tríade: liberdade, capacidade e qualidade de vida que, entrelaçadas, uma é extensão da outra.

Cabe aqui ressaltar que a questão das oportunidades objetivas é fundamental para a conquista, em primeiro lugar, da liberdade para, ampliando a capacidade participativa do povo, imprimir mudanças e dimensionar perspectivas que reflitam na qualidade de vida da população. É neste sentido que a desigualdade, bem como o desenvolvimento não podem apenas ser reduzidos à questão da renda, pois os assentados criam e recriam formas de existência:

A extensão da desigualdade real de oportunidades com que as pessoas se defrontam não pode ser prontamente deduzida da magnitude da desigualdade de rendas, pois o que podemos ou não fazer, podemos ou não realizar, não depende somente das nossas rendas, mas também da variedade de características físicas e sociais que afetam nossas vidas e fazem de nós o que somos. (SEN: 2001, p.60).

Nossa compreensão, pautada pela perspectiva do desenvolvimento como liberdade formulada por Amartya Sen (2000), tem como objetivo primordial analisar sistematicamente os seguintes aspectos fundamentais para a compreensão da

vivência cotidiana do assentado: a Trajetória social, a Organização social e a Integração produtiva. Para isso, priorizamos conhecer e entender as experiências dos assentados inseridos social, política e economicamente num contexto particular, bem como analisar a prestação dos serviços técnicos e a questão do desenvolvimento. Partindo desse premissa, centramos as nossas preocupações em discutir como esses elementos, no cotidiano dos assentamentos rurais, estão diretamente relacionados à expansão ou privação das liberdades das famílias, tais como as de escolha, opinião, decisão e participação, implicando aspectos objetivos e subjetivos.

Para tanto, passamos à análise das singularidades das ações dos assentados, sejam elas de resistência, de acomodação ou conflito, as quais permitem avanços ou retrocessos na condução de estratégias para a sustentabilidade das famílias na terra.

Como eixo central, estabelecemos a discussão sobre desenvolvimento, enfatizando seus aspectos intrínsecos, a expansão das liberdades humanas e a ampliação das oportunidades, capacidades e potencialidades convergindo em ações voltadas para a qualidade de vida, com prioridade às experiências coletivas como caminho para o desenvolvimento de liberdades individuais.

4.3 O Projeto de Assentamento Porto Velho

No Estado de São Paulo, a luta pela terra se concentrou principalmente na região do Pontal do Paranapanema, localizada no extremo oeste do estado, na microrregião da Alta Sorocabana. “Desde sua ocupação, tem sido palco de inúmeros conflitos fundiários entre posseiros, grileiros e Estado”. (FERNANDES, 1999, p. 101).

A partir da década de 1960, teve o segundo maior número de conflitos agrários em todo o Estado de São Paulo, devido à alta concentração de terras, à grilagem e às ocupações de fazendas pelos trabalhadores rurais sem-terra.

“As experiências de luta pela terra no Pontal são históricas. As terras foram griladas no início da década de sessenta e, nos inúmeros conflitos que ocorreram, vários posseiros e também o grileiro foram mortos”. (FERNANDES, 1999, p. 102). O

problema tem sua origem na forma ilegal como essas terras foram adquiridas, por meio das grilagens.

Segundo Fernandes (1999, p. 103), a grilagem das terras do Pontal é de conhecimento geral e faz parte da história e do imaginário e de toda a população da região:

Até mesmo as principais avenidas de Presidente Prudente levam o nome de dois grandes grileiros: Manuel Goulart e Coronel Marcondes. De tão conhecidos e impunes, os grilos de terras são, nas palavras de Monteiro Lobato, moscas em dia de calor.

É nesse cenário que os sujeitos constroem sua organização social, onde a luta pela terra se efetiva na ocupação territorial do Pontal do Paranapanema. Nesse processo, dentre os múltiplos sujeitos envolvidos na questão, e com interesses divergentes, buscamos compreender as diversas experiências vividas pelos trabalhadores rurais em luta.

Diante do acirramento da luta pela terra no Pontal, o Estado implementou vários projetos de assentamentos rurais como forma de reduzir os conflitos fundiários.

Neste trabalho, optamos por analisar um deles, o Projeto de Assentamento Porto Velho, localizado às margens do Rio Paraná, na cidade de Presidente Epitácio, com área total de 1.363,1900 ha. (um mil trezentos e sessenta e três hectares e dezenove ares).

O Assentamento preservou o nome da antiga Fazenda Porto Velho, que foi desapropriada pelo programa de reforma agrária. A emissão de posse do local se deu em março de 1998, onde se previa a instalação de 87 unidades agrícolas familiares, numa área que é dividida pelo Rio Santo Anastácio, em cujas margens estão 24 famílias de um lado, e 63, do outro lado, havendo ainda uma área comunitária. “É palco de especulações imobiliárias desde sua criação pelo privilégio de localização e aspectos visuais dos rios Santo Anastácio e Paraná (reservatório UHE Sérgio Motta).”

O Projeto de assentamento Porto Velho, de acordo com o INCRA¹⁷, é um dos assentamentos do Pontal do Paranapanema que apresenta diversas irregularidades, entre elas problemas relacionados a vendas, abandono ou arrendamentos dos lotes.

¹⁷ Instituto de Colonização e Reforma Agrária, escritório da cidade de Presidente Epitácio.

E foi nessa realidade que estabelecemos como foco de nosso trabalho analisar as narrativas dessas famílias assentadas, que vivem em sua particularidade as determinações da questão agrária no Brasil, no Estado de São Paulo e, especificamente, na região do Pontal do Paranapanema.

4.4 Trajetórias Sociais: um Lugar Social do Assentado

“Era agricultor, eu nasci e me criei sendo agricultor.” (Seu José)

Para compreendermos a realidade em que se insere o assentado rural, consideramos imprescindível articular suas singularidades à sua trajetória de vida, como forma de apreender as próprias determinações objetivas, ou seja, as determinações sócio-históricas que esses sujeitos vivenciam no cotidiano. Esse caminho teórico-crítico visa valorizar o sujeito social, marcado por relações sociais complexas e suas trajetórias históricas.

Sob essa perspectiva, Vicente de Paula Faleiros, (2002, p. 74) afirma que as “trajetórias não são caminhos prefixados *ad aeternum* pelas estruturas nem processos de escolhas livres. Elas consistem no trânsito das possibilidades para as viabilidades” [...].

Nesse sentido, as trajetórias são processos de construção e desconstrução de caminhos onde se entrecruzam os ciclos de vida individuais e os ciclos da história. “Esta trajetória é um processo de relações de mudanças”, as quais estão intrinsicamente ligadas a rupturas e continuidades. Para Faleiros (2002, p. 74), as rupturas e continuidades:

Se vinculam a processos globais, independentes da vontade dos sujeitos isolados, mas que se articulam em forças dominantes e dominadas em relação. Os dominantes *podem* construir suas trajetórias de forma mais autônoma, pois detêm a hegemonia, a direção de um processo histórico de mais longo prazo, enquanto os dominados se vêem atomizados, fragmentados e fragilizados pelas pressões de todos os tipos em suas decisões.

Se a dinâmica das trajetórias sociais é centralizada nas relações de poder, os dominados são marcados pela exclusão social, na medida em que são marginalizados dos bens socialmente produzidos, ou seja, dos bens culturais,

econômicos e políticos, que efetivamente são usufruídos por uma pequena parcela “privilegiada” da população mundial.

Segundo o autor trata-se de diferentes patrimônios, “pois os patrimônios se adquirem nas relações da família, de exploração, de dominação e também através do imaginário social”. (FALEIROS, 2002, p. 74),

Os patrimônios simbólicos são referências para a constituição das identificações sociais. A representação que indivíduos e grupos fazem de si mesmos depende das crenças, valores e referências culturais que se adotam no cotidiano. As representações e ideologias dependem de práticas sociais de classe, de discriminação, de resistência. (FALEIROS, 2002, p. 75).

Nessa perspectiva, buscamos compreender a questão agrária por meio da trajetória de vida do trabalhador rural assentado, em processos de articulação entre as relações sociais e a correlação de forças, que lhe configuram um lugar social. A mudança da identificação social, de acampado para assentado coloca em jogo novas relações, novas referências e novas identificações, convergindo em novas redes de pertencimento,

Em cada assentamento, a forma social da produção adquire características que se fundamentam na trajetória do próprio grupo. No momento em que a luta pela terra cede espaço ao cotidiano da produção, surgem novas formas de mobilização social daqueles que de “sem-terra” se transformam em “assentados”. (BERGAMASCO, 1996, p. 58)

Apreender essa mudança nos permite entender a trajetória de vida desses sujeitos que, excluídos historicamente do acesso à terra, lutam pela conquista de um espaço onde possam sobreviver do seu próprio trabalho. Essas histórias são marcadas pelo sofrimento de um povo, que no campo, resistiram e lutaram em meio ao conflito, somente por um sonho: conquistar um pedaço de terra para construir uma vida digna. Por isso, a ocupação torna-se o meio de viabilizar o acesso de milhares de famílias à terra.

Eu tô aqui dentro dessa terra aqui, nós entramo na época que nós invadimo a fazenda, nós invadimo essa fazenda aqui. Nós fomo tirado com jagunço, foi oito jagunço, nós fomo tirado, depois nós tornamos a entra novamente, eles tornou a revidar nós, aí veio o delegado e veio o policiamento todo, aí eles encarou o delegado, né. O delegado mostro a carteira dele lá e mais um pouco passa pra frente que nós mete bala.(Reinaldo).

Porém, a conquista da terra lhes trouxe novos desafios que exigem novas estratégias de sobrevivência, pois começam a lutar por outras necessidades pertinentes à obtenção da terra.

Já dá a terra, já ajuda, ajuda bem a turma, igual os coitados estão aqui na estrada. Aqui na estrada é uma coisa, lá dentro do lote é outra, pois não vem cesta básica. O cara tem que trabalhar! (Seu José).

É imprescindível, portanto, compreender as experiências cotidianas desses sujeitos, nas quais a relação de dominação e exploração está vinculada aos processos de construção de seus patrimônios culturais e ainda presentes. O fato de ser assentado lhe atribui um lugar social que reproduz uma exclusão que os integra precariamente em um projeto de reforma agrária. No entanto, percebemos que a identidade de assentado lhe confere a dignidade de ser um trabalhador rural, em oposição ao sofrimento, à angústia e à indefinição de ser acampado.

Eu achei que eu, eu sempre fui criado em roça, eu trabalhei sempre com pião de boiadeiro, sempre tocando boiada a cavalo, aí minha vida era só essa, mexe com animal. Então eu fui pra cidade trabalha de frentista, desde 87 que eu trabalho de frentista. Então minha vida foi só frentista mais sempre puxando pro lado do gado né, mais não tinha condições e mexe com os dos outros era ganha muito pouco, tal, aí eu consegui o meu, então, minha vida é essa agora, zero aqui e daqui não quero saí.(Reinaldo).

Tendo, em um primeiro momento, analisado as suas trajetórias de vida, a organização social e a integração produtiva, comprovamos que mesmo com a mudança qualitativa de referências da situação de acampado para a de assentado, a nova condição ainda reproduz os processos de exclusão social. As dificuldades enfrentadas para tirar da terra seu sustento são agravadas pela ausência de oportunidades tais como cursos profissionalizantes e linhas de crédito mais exequíveis, serviços públicos e assistência técnica eficazes, e pela precariedade da infra-estrutura dos assentamentos, sem falar no jogo político.

Depois da luta árdua e massacrante pela conquista da terra, o assentado, com a obtenção do lote, inicia uma nova etapa do mesmo embate, agora, pela sobrevivência sem contar com os meios que assegurem as mínimas condições para a sua existência, como moradia, água, energia e saneamento básico. Mesmo nessa situação, lhe é estipulado um prazo de trinta dias no máximo, para se instalar com sua família no lote, sob pena de perdê-lo.

No P.A. Porto Velho se encontram-se ainda alguns lotes cujo solo está contaminado por resíduos da fábrica de gelatina, instalada próximo ao assentamento, problema para o qual, até o momento, o poder público local se esquivava de dar solução.

Trata-se de um conjunto de privações que englobam os aspectos básicos para garantir qualidade de vida a essa população, os quais se constituem em direitos que lhes são negados.

Com isso, percebemos que várias são as exigências e os obstáculos apresentados pelo governo, que praticamente joga o povo em alguns lotes, como forma de proteger interesses dos proprietários de terra e, ainda, de amenizar os conflitos agrários, reproduzindo um lugar social do assentado marcado pela exclusão e desqualificação, quando se desviam os olhares das potencialidades dos assentamentos e enfatiza-se sua ineficácia.

Trata-se de forças sociais opostas que impedem o desenvolvimento dos assentamentos rurais, pois legitimam a propriedade privada. Como exemplo, citamos o noticiário veiculado na cidade de Presidente Prudente, no dia 31 de agosto de 2007, que apresentava a discussão do Projeto de Lei nº. 578/2007, em trâmite na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo cujo objetivo é a regularização das terras em litígio no Pontal, com até 500 ha.

O que nos chama a atenção é que grande parte delas, foi historicamente grilada e agora, em um rápido processo, exige-se sua regularização sendo que lá ainda existem milhares de famílias à espera da regularização de seus lotes, sem direito a assistência técnica e a financiamentos destinados aos assentados, por estarem em situação irregular. Como a de Seu José, resultado da negligência dos serviços públicos.

Pra fazer a vacina do gado a gente procura, aí ele vem, mas as outras coisa eu não procuro, porque eles dizem que eu não sou assentado, então eu não tenho direito.

Na ocasião, o secretário de Estado da Justiça, Luis Antônio Marrey, em entrevista ao jornal eletrônico O Imparcial, na coluna Nossa Região, afirma que o Projeto de Lei,

Tem por objetivo resolver um problema que há décadas gera uma situação de insegurança e prejudica toda a região [...] O governo do Estado não pode

controlar toda forma de propriedade fundiária, uma vez que há a liberdade de empreendimento no Brasil. No entanto, ele pode e deve também se preocupar com as pessoas mais pobres e que gostariam de trabalhar na área rural, mas que não têm condições de fazê-lo. Este projeto gerará recursos e terras para que essas pessoas também sejam atendidas. Agir de maneira contrária é eternizar o conflito. E isso não interessa à sociedade de Prudente nem ao governo.

Notamos que a proposta do governo estadual prioriza os grandes fazendeiros ao legitimar a subordinação da terra ao capital, pois, ao invés de investir na agricultura familiar, como eixo da reforma agrária, insiste na elaboração de projetos que reafirmam a pobreza. Na verdade, esse jogo político que ainda utiliza “discursos populistas” é resultado de uma aliança histórica que permanece no Pontal onde quem tem mais poder dita as regras e busca a preservação da dependência da tutela.

Em oposição ao Projeto de Lei, o Bispo Dom José Maria Saracho reabre a discussão sobre o processo de grilagem no Pontal do Paranapanema ao considerar que a medida proposta, não passa da “legalização da grilagem”, e manifesta publicamente:

É com preocupação que olhamos o presente e o futuro do povo no Pontal do Paranapanema, que vive do trabalho na terra. A política oficial do país subordina-se às ordens de um sistema neoliberal, apoiando e estimulando abertamente o agronegócio intensivo e extensivo, que está estrangulando nossos pequenos agricultores e os trabalhadores em geral, tanto da cidade, quanto do campo, inviabilizando sua sobrevivência [...] O velho problema fundiário brasileiro, a grilagem, foi a responsável pela devastação ambiental de grandes áreas, pela violência contra comunidades autóctones e pela invasão de territórios indígenas na região do Pontal. As dívidas sociais que o Estado tem para com o povo desta região são grandes e devem ser resgatadas primeiro. Historicamente as terras e as águas sempre foram controladas pelos mais fortes e colocadas a serviço de interesses de poucos, às custas da opressão do povo do campo, contando com a omissão do Estado[...] O Estado não pode promover políticas que mantêm e expandem modelos comprovadamente causadores desse aumento trágico de
de miséria.<grifonosso>.

Com isso, entendemos que a longa caminhada do assentado na luta da obtenção da terra vincula-se a processos globais, independentes da vontade dos sujeitos que articulam relações de dominação e as forças contrárias à subordinação da terra, buscando a justiça social, o atendimento das necessidades do povo e de toda a sociedade, a expansão das capacidades humanas e uma distribuição mais igualitária.

As condições objetivas são desfavoráveis, pois as oportunidades de desenvolvimento são restritas e se voltam ao grande capital rural. Um conjunto de mecanismos para a preservação do *status-quo*, é montado e recebem o respaldo de toda uma sociedade cujo imaginário social é apropriado pelos ideários da classe dominante.

É por meio da luta pela conquista da terra e pela permanência nela que os assentamentos rurais constituem palco de conflitos agrários e podem traçar novos caminhos que perpassam pelo exercício da cidadania. O espaço social dos assentados é marcado pelo conflito, o que lhes configura as relações sociais.

A inclusão pelo conflito pode ser o caminho na mudança da própria trajetória e, ao mesmo tempo, da mudança das relações entre Estado e sociedade numa dinâmica articulada de fortalecimento da cidadania, da autonomia e da identidade, que se implicam mutuamente. (FALEIROS, 2002, p.61)

A trajetória de vida dos assentados é uma constante luta pela sobrevivência, pois a cada dia eles enfrentam novos desafios e situações que lhes confere um lugar social

“A experiência da pobreza é ainda a experiência da desqualificação dos pobres por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais das ‘qualidades negativas’ e indesejáveis que lhes são proferidas por sua procedência de classe.”(YAZBEK, 1993, p. 62).

Eu não tenho vergonha de chegar em um lugar e falar que eu sou sem terra. Tem gente aqui que tem vergonha, acha que não é sem terra, vai morrer sem terra, pequeno agricultor sem terra, virou uma identidade.(Reinaldo).

Com isso, compreendemos que toda a trajetória de vida desses sujeitos, marcada pela exclusão da terra, traça caminhos que se particularizam na organização interna, no tocante às relações com o Estado e a sociedade, e na integração produtiva, nos quais constroem referências sociais e determinam um “lugar no mundo”, onde a carência de autonomia e poder de decisão, a privação de oportunidades e a opressão ocorrem ao mesmo tempo em que se constroem práticas de resistência e luta.

4.5 Processos de Organização Social

A dimensão da organização interna dos assentamentos é um lócus privilegiado para a apreciação do exercício da liberdade, elemento indispensável para a conquista de real desenvolvimento. Diferentes experiências foram levadas ao termo na busca de alternativas organizativas e de gestão dos territórios dos assentamentos. (BARON, : 2006, p.21)

“Os assentamentos representam uma transformação no tipo de relações sociais nas quais estavam inseridas estas famílias; uma transformação na forma do uso da terra; uma transformação das práticas de produção agropecuária”. (BERGAMASCO, 1997, p.08).

Trata-se de uma nova forma de organização social na qual cada assentamento imprime sua particularidade, na nova forma de produzir e em atividades que anteriormente não faziam parte de seu cotidiano, mas que, no conjunto, compartilham aspectos comuns.

No Assentamento Porto Velho, porém, a geração de impasses e conflitos internos e externos dificulta uma organização coletiva. “A força política alcançada no período do acampamento se perde em meio à necessidade de sobrevivência e novos desafios, mas resiste na memória e na própria trajetória de vida do assentado. É parte extrínseca de sua identidade social”.

No tocante à organização interna, podemos perceber que no Assentamento Porto Velho, as mobilizações e estratégias de luta somente ganham força quando as necessidades são compartilhadas, quando o problema ganha dimensões estruturais.

Eu sou coordenadora, a gente procura mais a parte da saúde, transporte, arrumar a estrada. O pessoal acha que tem que ser cada um por si. (Sônia).

Como exemplo, os assentados conseguiram se organizar pela luta de três interesses comuns: a construção da estrada, a perfuração de poços artesianos e a instalação de uma rede elétrica. Desse modo, podemos afirmar que, na maioria das vezes, a luta pela sobrevivência é individual.

Quando cada um pega o seu lote acaba a união. Eu opino, discuto, xingo, se não a gente não consegue (Luzia).

Apesar dos esforços envidados visando à organização interna dos assentamentos, várias são as dificuldades, e a ação coletiva se resumiu à reivindicação de itens de infra-estrutura e, algumas vezes, para conseguir vender o seus produtos, muito embora, em que pesem as experiências de venda coletiva, a venda individual predomina.

É eu por si só, mas quando a minha produção não é muita aí, a gente junta com a dos vizinhos e faz uma viagem só. A gente se organiza, acha um melhor comprador, faz uma carga e vende. Mas assim, cada um vende o seu. (Seu José).

Analisamos a organização interna desse assentamento sob a perspectiva do campo político, que indica os sujeitos sociais em interação nesse complexo palco de lutas pela sobrevivência e seus processos de gestão, enfatizando diferentes participações e mobilizações que se compõem politicamente.

A própria distribuição geográfica dos lotes, divididos pelo Rio Santo Anastácio, favorece a formação de dois grupos, provocando a separação de uma luta em comum, onde a heterogeneidade de interesses não favorece uma luta coletiva.

O que nos permite problematizar a forma de mobilização e de participação política dos assentados do P. A. Porto Velho é a organização de reuniões, bastante freqüentes, mas que não atingem objetivos democráticos, tendo em vista que a tomada de decisões fica restrita a uma comissão engajada politicamente.

Tem as reunião aí um fala uma coisa, outro fala outra, mas ninguém está vendo nada aqui. (Seu José)

As reuniões são expressões observáveis dos processos de exclusão e de dominação econômica e política. O povo é submetido a relações de tutela política de instituições públicas ou de movimentos sociais que se apropriam do poder de decisão e a direcionam.

Podemos constatar também, que o jogo político, entra em cena, no assentamento no que se refere a organização social e muitas vezes atende apenas a interesses particulares, como podemos constatar, de uma margem do Rio Paraná, no P.A. Porto Velho.

Sob essa perspectiva, três dos entrevistados nos apresenta um dado importante, no tocante a análise das relações que são estabelecidas para a

organização social dos assentados: a existência de um empresário, dono de um estabelecimento turístico localizado no Assentamento às margens do Rio Paraná.

Ele resgata uma figura populista de tutela ao emprestar dinheiro, conceder água para quem ainda não tem, em troca da segurança do seu estabelecimento, a quem os assentados sempre devem favores. Nesse sentido, o empresário mantém o contato direto com os assentados, estabelecendo, assim, um vínculo emocional, procurando a simpatia e a garantia do funcionamento do seu estabelecimento. Desse modo, nas três entrevistas, constatamos que o empresário é “querido” por todo esse lado do Rio, até mesmo por oferecer emprego, pois dois dos entrevistados são empregados do empresário, mas sua figura é desconhecida do outro lado.

Eu vivo do leite e do trabalho por dia para o Agenor. Eu tomo conta da pousada nos finais de semana, porque só fica a mãe e a irmã dele, e ele confia em mim pra toma conta. Quando a gente precisa ele empresta dinheiro, só pra paga na colheita. Ele é bom demais pra nois, no tempo que a gente não tinha água, ele cedia água da pousada de graça.

Nesse cenário, o assentado Reinaldo chama a atenção para a questão da participação, ressaltando a falta de mobilização dos assentados, que não vocalizam suas demandas e se submetem à decisão de terceiros sobre a regulação da sua própria vida.

No caso do poço artesiano que foram feitos, era pra faze num lugar onde iria água pra uma parte, mas justamente estes pra onde não ia a água, não reivindicaram seus direitos e a gente precisa pergunta e o “fulano” tá indo água na sua casa?, no meio da reunião.(Reinaldo)

Assistimos assim, a um processo intenso de despolitização do enfrentamento da questão agrária, posicionando os que vivem no assentamento em um espaço social que se define pela exclusão e um processo claro de individualização. O processo de individualização se inscreve em meio a essa nova realidade de ser assentado, no qual todo um histórico de luta é deixado na memória. Percebemos que a próprio processo de conquista da terra e a procura pela sobrevivência se tornam individuais, tantos são os problemas a serem enfrentados, mas cada vez se restringe ao espaço familiar.

Os movimentos sociais, a Igreja, as ONG’s, o Estado, se preocupam que todos tenham o seu lugar na Reforma Agrária, ou seja, a “todos” terá sido dado o

mesmo ponto de partida. Qual será o ponto de chegada - fracasso ou sucesso -, isso depende de cada um.

Portanto, não se discute um projeto real de sustentabilidade após a obtenção da terra, pois podemos afirmar que a simples distribuição de terra, não resolve o problema de milhares de famílias que continuam reproduzindo a pobreza nos assentamentos rurais de todo o Brasil. É esse processo, que se define a ideologia das oportunidades iguais, culpabilizando as pessoas por seu fracasso ou sucesso na terra, pois aproveitar dessas oportunidades que são “dadas”, depende apenas de cada um. Nessa realidade, não são discutidos os processos desiguais e injustos de estruturação do capitalismo no campo, o que conseqüentemente naturaliza a situação de pobreza em que vivem a grande maioria dos assentados rurais.

Essa realidade vai interferir nos processos de produção que, apesar dos esforços dos assentados, não consegue atingir a integração produtiva, o que constitui um dilema para o desenvolvimento nos assentamentos, o qual discutiremos a seguir.

4.6 A Integração Econômica: Dilemas do Desenvolvimento

No Assentamento Porto Velho, a forma como organizam sua própria vida e sua inserção em um contexto regional revela a integração econômica dos assentados.

Nossa análise foi realizada sob a ótica da agricultura familiar, uma forma de produzir que foi o eixo da Reforma Agrária em vários países, diferentemente do Brasil onde é tema de vários debates relacionados ao desenvolvimento econômico.

Neste sentido, as atividades econômicas dos assentados, seu grau de inserção em sistemas produtivos específicos, são bastante dispares, mesmo num único P.A. [...] a condição do produtor familiar paulista (excetuando aqueles que exploram nichos de mercado específicos) é de baixa capitalização – quando não de franca descapitalização – e de perda constante de renda. (BARONI, 2006, p. 27).

A primeira expectativa que se instala no cotidiano do assentado refere-se fundamentalmente à questão do financiamento. Como afirmamos acima, quando adquire o lote, o assentado não tem infra-estrutura, e o financiamento torna-se o único meio viável de se iniciar a produção em regime familiar. Essa nova etapa de

sua vida se reveste novamente de muitas dificuldades, pois a burocracia estatal limita suas possibilidades de produzir.

Observamos que, como no caso do Reinaldo, os financiamentos disponibilizados acabam se tornando insuficientes por falta de infra-estrutura adequada para a produção.

Os financiamentos não são satisfatórios. E aqui não tem escolha de financiamento. Não temos liberdade de escolha. (Luzia).

Dois dos entrevistados, porém, consideram bons os financiamentos, pois com eles podem cercar o pasto, comprar gado ou furar um poço. No entanto, é preciso que esse recurso seja muito bem administrado tendo em vista que o prazo para seu retorno é curto. Fica realmente difícil para um assentado, que antes não tinha nada, aplicar corretamente o valor de um financiamento, ainda sem infra-estrutura ou orientação técnica, no período de um ano para saldar sua dívida. O resultado mais provável é que acabará inadimplente junto ao banco que lhe concedeu o empréstimo.

Eles soltam uns financiamentos que não dá, o pobre pega essa terra aqui, aí o cara fala assim: Ele não quer terra então porque ele não planta. Nós aqui são seis alqueires de terra, aí sai o financiamento para mim planta dois alqueires de eucalipto. Dois alqueires de eucalipto eu tenho que trabalhar dentro dele de sol a sol, a formiga corta, tem que replantar o que morreu, molhar. Dois alqueires de eucalipto para você molhar ele, só tento um trator pra faze. Para trazer um pipa de dois mil litro, aí você vem molhando e vai, mas sem trator não vai. Para nós não vira plantar eucalipto para colher daqui cinco anos, nós tamo vendendo o almoço para comprar a janta, aí vai plantar um negócio para colher daí cinco anos. Eu mesmo aqui é só o leite e meu trabalho lá fora. (Reinaldo)

No que se refere aos financiamentos, portanto, os assentados podem se deparar duas variáveis: o corte na disponibilização de algumas linhas de crédito que não rebatem os gastos com outros produtos, e a insegurança do investimento, que pode não dar certo e levá-lo à inadimplência.

A esses problemas financeiros soma-se a precária orientação técnica das instituições, tanto de nível federal como estadual, respectivamente o INCRA e o ITESP, que prestam serviços ao P.A. Porto Velho. Esses órgãos são o retrato da precariedade dos serviços públicos no Estado de São Paulo, cujos profissionais são insuficientes. Segundo os assentados Reinaldo e Sônia:

A assistência técnica é insuficiente porque não têm técnicos e o trabalho de supervisão é péssimo.

Ainda Seu José afirma que ele não pode receber assistência técnica, pois sua situação no assentamento é irregular:

Não, meu técnico é eu mesmo. (Seu José).

Verificamos que a distribuição geográfica é novamente um dificultador no P.A. Porto Velho, pois em suas narrativas, os assentados da margem do rio mais próxima da cidade confirmam receber um atendimento melhor no que se refere às visitas técnicas. Dessa forma, observa-se que, muitas vezes, os recursos públicos não chegam para os outros que estão mais longe.

No que concerne à renda do sítio, intrinsecamente relacionada com as variáveis anteriores, verificamos que é insuficiente para a sobrevivência da família. A renda familiar média dos entrevistados está entre R\$200,00 e R\$350,00, o que é muito pouco se considerarmos que não atinge nem o valor de um salário mínimo, de R\$ 380,00.

Diante desse quadro, não é difícil encontrar assentados que buscam outros recursos para sobreviver na terra, principalmente o trabalho assalariado na cidade, e outros que arrendam o sítio para grandes fazendeiros, pois não têm recursos suficientes para se manterem dignamente do fruto do seu próprio trabalho.

Vivo de pecuária, mais vivo mesmo pelo meu trampo lá fora. (Reinaldo).

Assim, impossibilitados de viver da terra, procuram como alternativa se empregar nas funções de doméstica, faxineira, frentista de postos de gasolina, responsáveis de serviços gerais ou prestadores autônomos de serviços, tarefas que, embora dignas, retratam a precariedade das relações do trabalho e cumprem um ciclo de desqualificação, insegurança e instabilidade, haja vista os baixos salários que recebem devido a sua própria trajetória de vida e à falta de oportunidades que gera a reprodução da pobreza.

Condenados a permanecer na produção de subsistência, não seria possível sequer reduzir a fome e a miséria entre eles. Nesta linha de argumentação, há quem sustente que é preferível entregar uma cesta básica mensal [...] para cada família sem-terra do que fazer uma reforma agrária. É neste sentido que a desqualificação – certas vezes puramente preconceituosa –

do esforço de construção econômica e social nos assentamentos adquire significado político e ideológico. Em nome, por exemplo, da competitividade do sistema de mercado, contra a qual os assentados nada poderiam fazer, desautoriza-se o Estado a promover qualquer tentativa de desconcentração fundiária. (BERGAMASCO, 1996, p. 66)

Sob essa perspectiva, se impõe ao assentado a frustração de não conseguir tirar da terra o sustento de sua família, pois é obrigado a trabalhar fora para sobreviver. Nesse sentido, a inadequação e ineficácia das políticas e serviços públicos, o jogo de poderes regional e local, a falta de estrutura dos assentamentos e a desmobilização interna constituem fatores determinantes na vida do assentado, que geralmente impedem o seu desenvolvimento.

O cara tá plantando pros filhos, os caras vem cortar meus pés de laranja, eles corta aí, tem uma fazendeiro ali, que tinha quase um alqueire de laranja, eles foram lá e cortaram tudo, fazendeirão o cara é rico, mora em São Paulo, não fizeram nada. (Reinaldo).

Mantém-se uma estrutura agrícola que sempre beneficiou os grandes proprietários de terra e ainda se constrói no imaginário da sociedade uma visão que reproduz a exclusão do assentado. Quando vai vender seus produtos, por exemplo, o comércio local os desvaloriza e baixa seu preço por considerá-los de qualidade inferior a dos grandes produtores. E assim, os assentados continuam com uma agricultura de subsistência.

Todas essas dificuldades objetivas redundam na polêmica questão do desenvolvimento que evidentemente favorece o capital. Com isso, verificamos que no P.A. Porto Velho não existe um sistema cooperativo de produção e venda, embora as experiências coletivas se multipliquem por todo o Estado de São Paulo, pois, de acordo Bergamasco (1996, p. 61), “o sistema de Cooperativas é um dos fatores que contribuem para que a sua renda monetária seja maior que a dos agricultores isolados”.

Percebemos que o desenvolvimento dessas experiências demanda a construção de estratégias e alternativas que favoreçam o desenvolvimento do Assentamento Porto Velho, possibilitando aos seus membros alcançarem, por meio da concordância entre terra, trabalho e família, a sustentabilidade.

O verdadeiro vazio de projeto por parte do Estado não deve ser encarado apenas como uma opção política em prol da agricultura empresarial, mas, acima de tudo, uma impossibilidade prática dos agentes envolvidos no

processo de assentamentos (técnicos, lideranças políticas, mas também pesquisadores e demais mediadores) em desenvolver parcerias estratégicas em favor dos P.A.s. No mais das vezes, assiste-se a um jogo de inculpação mútua, envolvendo diferentes agentes do campo social. (BARONI, 2006, p.36)

Constatamos que os assentados entrevistados enfrentam muitas dificuldades para “viver na e da terra”, pois os obstáculos se impõem cotidianamente em suas trajetórias de vida, sejam eles problemas internos ou externos, subjetivos ou objetivos, bem como fatores econômicos, sociais e culturais que impedem seu desenvolvimento.

E é nesse campo que se insere o Serviço Social, como profissão capaz de mediar e desenvolver estratégias em favor do desenvolvimento dos assentamentos rurais, um desenvolvimento substantivo como liberdade, envolvendo oportunidades reais que apontem para uma vida mais justa e digna no futuro.

Ao analisar as narrativas colhidas, pudemos perceber que as dificuldades dos assentados se incorporam a um conjunto de privações que negam os elementos básicos para uma vida decente a essa população, expressando situações de pobreza, exclusão, miséria etc.

O fato de obter um lote, apesar de melhorar suas condições de vida, (se fizermos uma comparação de quando esses sujeitos ainda eram acampados), não transforma as condições objetivas dos assentados, tornando-os imobilizados perante a necessidade de sobreviver.

É na própria realidade cotidiana desses sujeitos que estão dadas as demandas socioprofissionais do Serviço Social, cujo objeto de trabalho são as expressões da questão social.

Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma *dupla perspectiva*: para que se possa tanto *apreender as várias expressões que assumem na atualidade, as desigualdades sociais* - sua produção e reprodução ampliada – quanto *projetar e forjar formas de resistência e da defesa da vida*. (IAMAMOTO, 2006, p. 28).

Os assentamentos rurais constituem, assim, um espaço privilegiado de trabalho profissional, no qual a questão agrária é o eixo e é apreendida no conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que se manifestam no

campo e determinam a realidade do assentado, sob a contradição fundamental do trabalho.

É nessa perspectiva que discutiremos, no próximo capítulo, a inserção do Serviço Social no campo, bem como as propostas de estratégias para o enfrentamento da questão social, que se particulariza no P.A. Porto Velho e é vivenciada no cotidiano dos assentados rurais.

O compromisso com essa categoria implica ao assistente social buscar como horizonte de sua prática o movimento de transformação de tal realidade.

5. SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO: A APREENSÃO DE DEMANDAS SOCIOPROFISSIONAIS

5.1 Serviço Social e a Classe Popular: uma Nova Perspectiva Profissional

O processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista é complexo e contraditório, e se caracteriza nas relações entre classes sociais antagônicas. Para pensar o Serviço Social no campo, é necessário fazer a leitura e o resgate histórico do projeto profissional de ruptura das práticas conservadoras.

Nesse sentido, sabemos que a gênese e o desenvolvimento do Serviço Social se explica a partir desse processo socioeconômico e político das relações sociais. Sua legitimação no Brasil, nos primeiros anos da década de 1930, é marcada pela forte intervenção estatal nos processos de regulação social e, por isso a profissão finca raízes históricas na defesa de interesses burgueses, na medida em que as manifestações dos trabalhadores alcançam expressão política.

O Serviço Social, segundo Yazbek (1999, p. 92), emerge como uma das estratégias de amenizar os conflitos sociais e visa à harmonia e aliança entre as classes sociais:

As exigências da reprodução social da vida de crescentes parcelas de trabalhadores empobrecidos, explícitas nas demandas por bens e serviços, pressionam nesse momento, o Estado no sentido de uma ação assistencial. Ação que emerge na sociedade brasileira como parte de um conjunto de estratégias de regulação dos processos econômicos e sociais, justificada pela necessidade de compatibilizar politicamente as questões relativas ao favorecimento da industrialização e da acumulação, ao controle social e à legitimação do sistema [...]

A conjuntura política do país é um dos indicativos que determinou profundas mudanças no Serviço Social, pois nos primeiros anos da década de 1960, alguns assistentes sociais começaram a questionar sua própria prática profissional, ainda que a presença do foco conservador fosse hegemônica.

Dessa forma, a modernização engendrada pelo ajustamento da burguesia brasileira, respaldada pelas forças militares, exige do Serviço Social a renovação de estratégias de enfrentamento da questão social face às novas demandas.

Nesse momento, a dimensão técnica-metodológica da profissão é balizada pela perspectiva estrutural-funcionalista, que se caracteriza fundamentalmente pela burocratização das suas atividades, a psicologização das relações sociais e pelas “concessões” de benefícios.

Somente a partir do final da década de 70, identifica-se um efetivo esforço de setores da categoria profissional na perspectiva de ruptura com a herança conservadora. Esse esforço parte das condições da sociedade e da própria prática profissional, propondo colocar a profissão a serviço dos interesses dos explorados e dominados, buscando novos fundamentos, novos conteúdos e objetivos e novas bases de legitimação da ação profissional. (SILVA, 2007, p. 15).

Em meados da década de 1980, o país passa por um processo de redemocratização inserido em um contexto de efervescência política e grande mobilização da sociedade brasileira. Nesse cenário, a promulgação da Constituição Federal, em 1988, traça os caminhos para uma vida cidadã. As determinações sócio-históricas se impõem ao Serviço Social.

Seus profissionais iniciam um processo de questionamento e reflexão sobre sua atuação, provocado pela crescente pressão social, pelas demandas das classes sociais e pelo acirramento das desigualdades. Trata-se do movimento de reconceituação que se expressou dominante na América Latina.

O ponto inicial para repensar o Serviço Social é a necessidade que se impõe hegemonicamente de romper com o caráter conservador da profissão, enraizado desde sua gênese, deslocando o foco da ação profissional dos interesses da classe burguesa para atender as demandas e necessidades da classe popular.

Verifica-se que o Projeto Profissional do Serviço Social, cujo desenvolvimento se pauta pelo esforço de vincular a prática da profissão com os interesses dos setores populares, tendo como horizonte a transformação social, vale-se de um conjunto de categorias teóricas para fundamentar a sua construção. (SILVA, 2002, p.105).

A aproximação da teoria marxista edifica um novo projeto teórico-metodológico e técnico-operativo alçado na contradição fundamental da sociedade capitalista, o trabalho coletivo e a apropriação privada. Desse modo, constrói-se um novo paradigma para o exercício profissional fundamentado na luta de classes.

Com o amadurecimento de um projeto profissional nessa perspectiva, baseado na teoria social crítica de Marx, os assistentes sociais conseguem apreender a questão social e suas expressões como o objeto do trabalho profissional e, a partir da compreensão da realidade social, propor formas de enfrentamento da questão social, defendendo os direitos e o exercício da cidadania.

Para Yamamoto, (2006, p. 205), o movimento de reconceituação do Serviço Social representou:

Um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente [...] um fenômeno tipicamente latino-americano. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de sua raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu modus operandi. <grifos da autora>.

A possibilidade de repensar e redirecionar as ações profissionais apontam para um rumo social distinto dos interesses da classe dominante, ou seja, o assistente social assume uma postura política e profissional voltadas para os interesses da classe popular, na perspectiva da transformação social.

[...] o “movimento de reconceituação se cria e se desenvolve a partir da identificação política e ideológica da profissão pelo capital e da negação de uma prática conservadora do Serviço Social, afirmando um compromisso político com a classe subalterna” (MOTA, 1987) o que supõe uma ação educativa, tendo em vista a compreensão, por parte da população, da sua condição de subalternidade, no contexto da estrutura dominante, bem como a busca de mecanismos que proporcionem a ampliação e utilização de seus direitos, no intuito de construção de uma cidadania plena. (SILVA, 2007, p.87).

Desse modo, a ruptura com o Serviço Social tradicional é gradual e vai sendo construída conforme se aprofundam os propósitos do movimento de reconceituação. Uma nova proposta profissional se instala, e suas ações são prioritariamente voltadas para o atendimento das demandas e das necessidades dos setores populares. Esse projeto se edifica sobre o tripé: formação de alianças, educação popular e a investigação/ação, objetivos que nortearam a prática profissional, em um contínuo repensar (práxis) do assistente social, para o encaminhamento de alternativas concretas de transformação da realidade social, visando a uma nova ordem societária.

É sob esse aspecto, o de aproximação e aliança com a classe popular no enfrentamento da questão social, que resulta a inserção do Serviço Social no âmbito rural. A partir da ruptura com o conservadorismo, o profissional converge suas ações para a transformação da realidade desses sujeitos que foram historicamente explorados e marcados por processos desiguais.

A emergência dessa nova perspectiva profissional retrata o próprio processo de mudanças sociais que ocorria na sociedade brasileira, no qual o Serviço Social estabelece aliança com o movimento dos trabalhadores em geral e, também, dos trabalhadores rurais sem-terra, e desenvolve o trabalho em comunidades.

A possibilidade de uma prática comprometida com interesses das classes populares inscreve um novo objeto do fazer profissional, ou seja, as expressões da questão social, matéria-prima do trabalho do assistente social.

A questão agrária, entendida como expressão da questão social no âmbito do campo, provoca a necessidade de uma ação desse profissional. Por isso, o presente trabalho procura apreender a realidade do assentamento rural e propor a inserção do Serviço Social nesse contexto.

5.2 A Questão Agrária como Objeto do Trabalho Profissional

O legado do movimento de reconceituação possibilitou a ruptura com o tradicional, presente desde a origem da profissão, e a aliança do Serviço Social com os interesses de setores populares. Na atualidade, o projeto societário alçado no Brasil, sob a ordem neoliberal, confronta-se com o projeto apresentado hegemonicamente pela categoria a partir do processo de ruptura. Sob essa perspectiva, os novos tempos atravessam a práxis profissional e exigem a apreensão da dinâmica da sociedade capitalista, imprimindo novos rumos para a ação do assistente social.

Pensar o Serviço Social hoje implica considerar a profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, ou seja, socialmente reconhecida por ser desenvolvida e delimitada a partir de uma base de conhecimentos específicos sobre a área que atua. A profissão aponta como direção a necessária leitura crítica da realidade, de caráter interventivo, que busca apreender e explicitar a estrutura desigual do capitalismo, bem como o desvelamento das necessidades e demandas

sociais dos trabalhadores que vivenciam no cotidiano a face capitalista que não rima com justiça nem com equidade social.

“Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes do cotidiano.” (IAMAMOTO, 2006, p.20).

Posto isso, as demandas socioprofissionais estão dadas na realidade, cabendo ao profissional decifrá-las ou desvelá-las. Para apreender a questão social e compreender como se particulariza e é vivenciada pelas pessoas diariamente, é necessário que o profissional tenha claro o seu objeto de trabalho, que vai delinear toda uma ação profissional na busca de respostas capazes de efetivar ou impulsionar mudanças na realidade dos sujeitos.

Portanto, a matéria-prima do trabalho do assistente social encontra-se no âmbito da questão social e suas manifestações, como afirma lamamoto (2006, p.62):

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto de trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças.

Desse modo, o assistente social tem como recurso essencial de sua ação as bases teórico-metodológicas que contribuem para uma leitura crítica da realidade e norteiam seu trabalho. “Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional” (IAMAMOTO, 2006, p.63), é o instrumento essencial do seu trabalho que possibilita desvelar a trama tecida pela sociedade capitalista. A profissão aponta uma direção social, expressa por um projeto ético, político e profissional que se desenvolveu e se consolida por determinações sócio-históricas.

Nesse sentido, a questão agrária se inscreve como expressão da questão social, onde as suas múltiplas manifestações são experienciadas pelos sujeitos sociais e se particularizam no cotidiano. Tal particularização é observável por meio de um conjunto de elementos intrinsecamente interligados, que elucidam a questão agrária decorrente do modo de produção desigual e injusto do capitalismo no campo.

Esses elementos, recortes de uma realidade complexa, contribuem para a delimitação do objeto de trabalho profissional que, neste caso, considerando as características específicas do Assentamento Porto Velho, abrangem a necessidade de uma ação que possa favorecer a concretização da possibilidade de os assentados fazerem aquilo que eles valorizam, o trabalho na terra.

Dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações cotidianas. É nesse campo que se dá o trabalho do assistente social, devendo apreender como a questão social em múltiplas expressões é experienciada pelos sujeitos sociais em suas vidas cotidianas. (IAMAMOTO, 2006, p. 62).

A partir da compreensão da realidade do assentado rural, podemos perceber a importância do assistente social no enfrentamento das demandas e necessidades do trabalhador, advindas da questão agrária e suas manifestações cotidianas, ou seja, a luta pela terra, por trabalho, saúde, educação e condições de moradia, enfim, um movimento de resistência em defesa da vida. “Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas *formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano*”. (IAMAMOTO, 2006, p. 28).

Como vimos, as variáveis da questão agrária são inúmeras e circunscrevem a demanda socioprofissional, pois a questão social se manifesta no P.A. Porto Velho a partir da questão agrária. Lá, os assentados vivenciam *in loco*, no seu próprio cotidiano, a precarização das relações de trabalho, e das políticas públicas, a exclusão integrativa no campo, a culpabilização da pobreza, condições precárias de moradia, falta de estrutura física adequada e de recursos financeiros, bem como de capacitação e orientação técnicas, baixos rendimentos, dependência financeira, social e política, desassistência social, dificuldades na produção e venda dos seus produtos, descrédito e negligência do poder local, ausência de mobilização e de organização interna etc. Produtos da questão social, esses elementos traduzem as condições de subsistência que vivenciam hoje os moradores desse assentamento.

Ao invés de desenvolvimento, reproduzem-se a exclusão e a desigualdade social. É desesperador pensar que essas pessoas passaram pelo sofrimento do acampamento e, depois, sem reais possibilidades de viver dignamente, tenham que novamente passar por tanta dificuldade nos assentamentos. O sonho de obter seu

sustento pelas próprias mãos, por meio do trabalho, é cerceado por condições objetivas que não favorecem o desenvolvimento substantivo do assentado rural.

Nesse contexto, emerge a necessidade de uma ação profissional que vai muito além da mera execução de políticas públicas, de distribuição de benefícios ou da simples assessoria e/ou consultoria aos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra.

O assistente social comprometido com o projeto profissional do Serviço Social imprime em seu trabalho nos assentamentos uma direção social cuja mediação é o desenvolvimento como liberdade. O ponto inicial é favorecer a expansão das capacidades humanas, para que às famílias assentadas a sustentabilidade no campo seja possível. Estabelece-se assim, uma direção ética, política e profissional balizada pelo princípio ético primordial: a liberdade.

5.3 A Liberdade como Princípio Ético Central

O projeto ético-político profissional, consolidado e hegemônico tem como base filosófica o materialismo dialético, que direciona a ação profissional dos assistentes sociais. Trata-se do *ethos profissional*. Nesse sentido, a ética profissional está fortemente aliada ao significado do próprio trabalho, ou seja, a capacidade humana de agir teleologicamente, compreendendo a consciência, a autonomia e a liberdade. Assim, um conjunto de princípios éticos direciona o trabalho profissional, marca do seu amadurecimento na sociedade capitalista.

Coloca-se, como ponto de partida de uma ação voltada aos interesses da classe popular, uma posição profissional que assuma uma postura ética, que possibilite um presente e um futuro de justiça e equidade sociais, orientados por um projeto coletivo.

Desse modo, o princípio ético central e que regula todos os outros está assentado no:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

A referência prioritária da ética profissional fundamenta-se numa concepção de liberdade distinta daquela que a concebe sob um viés liberal, na sociedade capitalista, sob a qual a liberdade está intrinsecamente ligada à propriedade privada e ao mercado, onde transações de compra e venda são livres, baseadas no *laissez-faire, laissez-passer*. Na concepção que apresentamos, a liberdade é entendida como o desenvolvimento das capacidades humanas por meio de sua atividade vital: o trabalho. Segundo Maria Lucia Silva Barroco, (2001, p. 60):

Essa concepção de liberdade supõe sua consideração como capacidade humana, resultado da atividade humana que responde e (re)produz necessidades, constituindo-se nessa dialética entre o que é necessário e possível historicamente. A liberdade é, ao mesmo tempo, capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade, e, capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas, para que novas escolhas sejam criadas[...]

A autora afirma, ainda, que a liberdade não é apenas uma condição do sujeito tomada subjetivamente, mas uma capacidade inseparável da atividade que a objetiva, o trabalho, considerado elemento fundante da capacidade teleológica de se liberar, pois “ao liberar-se das limitações à realização do trabalho como atividade criativa, consciente e livre, o sujeito está livre para usufruir da riqueza humana”. (BARROCO, 2001, p.62).

É exatamente nesse ponto que o sistema capitalista se preserva, na medida em que tolhe do homem a sua capacidade humana vital, “a capacidade humana de transcender-se, ultrapassar-se constantemente, ser um eterno movimento de vir a ser, transformar sua própria natureza mediante uma atividade consciente.” (MARKUS: 1974 apud BARROCO, 2001, p. 63). Essa privação capitalista culmina na apropriação privada dos produtos do trabalho alheio.

Desse modo, essa perspectiva teórica-metodológica desvela que as necessidades socioeconômicas constituem o alicerce das possibilidades de liberdade.

Como vimos, o projeto ético-político e profissional do Serviço Social é fundamentado pela liberdade, uma capacidade humana de usufruir das riquezas construídas com o próprio trabalho, de forma consciente.

Somam-se às demandas a ela inerentes, o desenvolvimento da autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos como sujeitos sociais.

E exatamente aí está a proposta de direcionar o trabalho do assistente social nos assentamentos rurais, compreendendo a liberdade como o principal meio de desenvolvimento das capacidades dos assentados rurais para usufruir do seu próprio trabalho. A liberdade é um meio e não um fim.

É nessa perspectiva que os esforços do profissional devem estar focados, isto é, em empreender a luta pela emancipação das capacidades humanas, inerente ao exercício consciente do trabalho na terra, e usufruir dele, o que implica “ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez vitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc.”. (SEN, 2000, p. 52). Essa questão pressupõe que as pessoas sejam donas de suas escolhas sobre como conduzir a própria vida, valorizando aquilo que consideram importante.

Nas entrevistas com os assentados, observamos que todos valorizam o trabalho na terra, e dela gostariam de viver, mas percebemos que são privados dessa liberdade por condições objetivas.

É interessante registrar qual a representação de liberdade que esses sujeitos verbalizam quando questionados sobre o tema.

É eles soltarem financiamentos para os assentados, sendo estes cada um em seu nome, para as pessoas poderem trabalhar e ter liberdade. (Luzia).

É eu hoje no meu sítio, na minha casinha na total liberdade. (Reinaldo).

A liberdade é poder fazer tudo, e tudo isso vai de mim. (Sônia).

Ter autonomia, não dever satisfação, agora estou vivendo. (Pedro).

Liberdade para fazer o que quiser. (Rosa).

Como podemos perceber, as opiniões sobre liberdade são diferentes, mas demonstram alguns pontos em comum: a liberdade de estar em um pedaço de terra, ter autonomia, não dever ao banco, todos ligados ao trabalho na terra.

A inadimplência bancária realmente é umas privações, que advém de inúmeras outras, e impede o desenvolvimento econômico dos assentamentos.

A liberdade é a gente tá livre, por exemplo, se eu ficar devendo no banco este ano, eu não estou livre, eu tô endividado aí eu coloco na minha cabeça que eu tenho que trabalhar esse ano para pagar a conta, então eu não tô livre. (Seu José).

Nota-se, nesse aspecto, privações ainda maiores, marcadas em suas trajetórias de vida, como a das oportunidades sociais para desenvolver a capacidade de orientar seu próprio trabalho. “*Oportunidades sociais* são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor” (SEN, 2000, p. 56).

As oportunidades sociais são, portanto, imprescindíveis para a expansão da liberdade como eixo central do desenvolvimento, de forma que, as pessoas, livres, possam escolher e regular seu próprio destino, por aquilo que elas mais valorizam.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e os meios do desenvolvimento merece toda nossa atenção (SEN:2000, p. 71).

O assistente social deve situar a perspectiva da liberdade como central no seu trabalho visando ao desenvolvimento dos assentamentos rurais, a partir de uma postura ética, cuja direção social aponta para o fortalecimento e proteção das capacidades humanas.

Desse modo, o profissional é capaz de mediar essas capacidades, que podem ser expandidas por meio de estratégias de enfrentamento da questão social, em meio a um conjunto de possibilidades influenciadas por políticas públicas que atendam os interesses da classe popular.

Para tanto, é preciso ampliar a capacidade participativa de um povo na luta pela efetivação dessas oportunidades sociais de desenvolvimento humano, o que implica uma ação profissional socioeducativa, que imprima a construção da capacidade coletiva. “A capacidade individual é essencialmente um produto social, e existe uma relação de mão-dupla”. (SEN, 2000, p. 46).

É nessa perspectiva que propomos a intervenção profissional nos assentamentos rurais, particularmente imprescindível no P.A. Porto Velho, cabendo ao assistente social capacitar as pessoas para o exercício de sua liberdade substantiva e construir, coletivamente, condições objetivas que favoreçam vida e trabalho dignos.

5.4. Estratégias de Intervenção: uma Ação Socioeducativa

Sob a concepção do desenvolvimento como liberdade e tendo esse bem como valor ético central, o foco da estratégia profissional é uma ação socioeducativa que possa construir respostas sustentáveis para o problema que pretende equacionar.

Desse modo, iniciaremos a discussão deste item, com o recorte conceitual sobre estratégias profissionais, sob o paradigma da correlação de forças, que propõem o fortalecimento e a defesa dos setores populares e implicam definitivamente uma ação socioeducativa.

O paradigma de correlação de forças, apresentado por Vicente de Paula Faleiros, integra as estratégias profissionais dirigida aos sujeitos que procuram os serviços sociais ou deles necessitam. O fato é que tal interação relaciona-se com a contradição fundamental da sociedade capitalista entre trabalho/capital que privilegia os interesses da classe dominante em detrimento dos setores populares. É nesse sentido que as estratégias da ação profissional devem se harmonizar com as trajetórias de vida desses sujeitos, historicamente excluídos.

Quando um determinado sujeito procura ou se vê diante do Serviço Social, ele está numa trajetória de fragilização, de perda de patrimônio ou referências, sem atendimento de suas necessidades básicas, e é por isso que, em nosso paradigma de correlação de forças, propus o fortalecimento do dominado (empowerment) e sua defesa (advocacy) como objetivos estratégicos da intervenção em Serviço Social em contradição com a perspectiva de reforço do poder dominante ou da mera reprodução. Não é apenas linguagem o instrumento de ação do assistente social, mas o trabalho complexo de relacionar, correlacionar, propor, acompanhar, avaliar e se implicar em trajetórias e estratégias. [...] As estratégias estão vinculadas às trajetórias e, portanto, devem visar à rearticulação dos patrimônios, referências e interesses fortalecendo o poder dos sujeitos dominados nas suas relações sociais. (FALEIROS, 2002, p.78).

Dessa forma, é imperativo que o assistente social defenda os interesses da classe popular e elabore estratégias para o seu fortalecimento, no sentido de dar poder para a classe historicamente dominada que, em uma correlação de forças assimétricas, é explorada e excluída socialmente, num processo de construir forças para o enfrentamento das suas necessidades e demandas sociais. Assim, FALEIROS, (2002, p.51) afirma:

De acordo com o paradigma da correlação de forças, as mediações de poder e, portanto, de opressão, subordinação, discriminação, vitimização, fragilização, exploração são postas e pressupostas teórica e praticamente, implicando o compromisso ou engajamento dos assistentes sociais com o fortalecimento do oprimido no processo de enfrentamento de sua fragilização/patrimonialização, adotando-se “a práxis da política mais vantajosa para as classes e camadas populares”. Esta é para nós a proposta do “empowerment”.

Tal proposta de empoderamento das classes populares reacende a questão das mobilizações pela luta em defesa da vida, o que pressupõe uma ação eminentemente coletiva buscando o rompimento com o processo de individualização. É fácil observar como a classe dominante defende coletivamente seus interesses e cria mecanismos, por vias ditas democráticas, que visam à permanência de um *status-quo* e estão incrustados no imaginário social. Em oposição, a classe popular encontra-se fragilizada pelas determinações objetivas e, fragmentada, não consegue alcançar a consciência de classe.

No campo, os assentados expressam um salto de qualidade, pois atingiram uma consciência da sua própria condição de existência e de seu pertencimento à classe trabalhadora e compreendem a correlação de forças da sociedade capitalista, que se edifica na desigualdade e na injustiça social. Porém como vimos, quando se tornam assentados, perdem a referência de luta, mobilização e resistência que construíram em toda sua trajetória de vida enquanto eram acampados.

Nessa perspectiva, percebemos que, no caso dos assentados, não se trata de uma conscientização da condição de classe, mas de um “reavivar” da consciência coletiva para que eles “percebam” que ainda compartilham necessidades e demandas e que elas devem ser verbalizadas coletivamente.

Para isso, a estratégia profissional deve imprimir uma ação socioeducativa, a partir de uma posição ética e política que direcione a práxis para o fortalecimento das camadas populares mediante a luta pela defesa da vida.

Primeiro temos que entender que o socioeducativo, busca compreender as relações que criam e determinam necessidades nas quais os sujeitos vivenciam de forma objetiva e subjetiva, bem como pressupõe a mudança da forma como os sujeitos enfrentam essas necessidades no cotidiano. Trata-se de uma estratégia profissional de força mobilizadora, cuja finalidade é uma transformação socioeducativa, voltada para o grupo. Assim,

“torna-se fundamental o desenvolvimento da prática educativa, eminentemente política, colocando-a a serviço da concretização de um novo projeto social. Logo, “o educativo não é o tradicional, o formal, o erudito, mas é a produção de conhecimento necessária para a prática cotidiana de profissionais comprometidos com a transformação e não com a renovação de velhas práticas.” Queiroz (1992) apud Silva (2007, p. 180)

Nesse sentido, o assistente social coloca seu exercício profissional voltado ao atendimento das demandas das classes populares, viabilizando a reflexão do cotidiano dos sujeitos. Baseada no paradigma da correlação de forças, a ação socioeducativa parte da problematização da própria realidade dos sujeitos, fazendo com que pensem e reflitam sobre seu dia-a-dia, num intenso processo de perceber-se no mundo, podendo buscar estratégias dentro dessa mesma realidade para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Tal realidade é espaço de reprodução, mas também de mudança. “A ação educativa se baseia, portanto, numa ação reflexão desenvolvida junto à população de modo a contribuir para a sua organização/participação” (SILVA, 2007 p. 179).

As experiências socioeducativas pressupõem processos que fortaleçam a expansão das capacidades humanas visando ao desenvolvimento da autonomia, da emancipação e a cidadania, buscando um outro paradigma no trabalho, no sentido, de reverter a realidade dos assentados e adquirir uma nova forma de organizar-se para o trabalho no campo.

Essa relação entre o assistente social e os sujeitos estabelece um vínculo de conhecimento mútuo, onde o saber popular é valorizado como reconstrução do seu patrimônio histórico-cultural, o que possibilita a organização/participação política na sociedade, de forma que o indivíduo, livre, seja capaz de se mobilizar, de decidir, opinar, escolher e avaliar de acordo com seus próprios interesses de classe.

Tal ênfase no processo de participação/organização leva-nos a identificar o fortalecimento da participação e o progresso organizativo como estratégias de ação privilegiada na prática junto aos setores populares. Com isso, torna-se necessário que se explicita o entendimento da participação vista em uma dimensão política de luta pela hegemonia das classes populares, enquanto trabalho de conscientização e organização visando a conquista de espaços políticos (SILVA, 2007, 179).

Partindo desse pressuposto é que discutiremos a seguir o agir profissional nos assentamentos rurais e construiremos a proposta de intervenção nesse campo complexo e contraditório.

5.5 O Agir Profissional nos Assentamentos Rurais e o Caminhar da Sustentabilidade: a Expansão de Capacidades

A preocupação com a prática profissional tem sido um dos fios condutores das discussões sobre o compromisso profissional dos assistentes sociais com as demandas e necessidades da classe popular.

Esse profissional, no exercício de sua função e mediante as demandas inscritas no contexto atual, precisa desenvolver capacidades técnicas, operativas, teóricas e reflexivas para direcionar sua própria ação rumo ao horizonte da cidadania, da democracia, da equidade e justiça social, visando alcançar uma nova ordem societária.

A realidade concreta se encontra em constante transformação e, a fim de atender as demandas sociais da classe popular, nesse contexto dinâmico e complexo, o profissional deve estar preparado para construir respostas sustentáveis, frente aos desafios que se colocam no próprio cotidiano.

Os assistentes sociais são desafiados neste tempo de divisas, de gente cortada em suas possibilidades de trabalho e de obter meios de sobrevivência, ameaçada na própria vida. Tempos de crise, em que cresce o desemprego, o sub-emprego, a luta por meios para sobreviver no campo e na cidade. Tempos extremamente difíceis para todos aqueles que vivem do trabalho: para a defesa do trabalho e para a organização dos trabalhadores.<grifos da autora> (IAMAMOTO, 2006, p. 18).

Desse ponto de vista, a prática profissional não pode ser reduzida à mera execução de políticas públicas e ao simples repasse de benefícios, que representam apenas o atendimento das demandas imediatas.

Em busca de uma direção para a ação profissional, “o desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social [...]”. (IAMAMOTO, 2006, p.75).

De acordo com Silva (2007, p. 16), tal desafio consiste em desvelar a realidade social, além de compreender as,

[...] implicações políticas da prática profissional para permitir uma opção teórico-prática na direção das alianças com forças propulsoras de um novo projeto de sociedade, capaz de identificar, na vivência cotidiana dos trabalhadores, a capacidade de inovação e de criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação. Isso significa o passar do profissional da coerção, do consenso e da socialização para o profissional da mobilização e da organização, orientado pela perspectiva da transformação social.

Sob a concepção da correlação de forças Faleiros (2001, p. 55) aponta para um dos maiores desafios da profissão, que consiste justamente,

Na reorientação de seu cotidiano de acordo com a correlação de forças existente, para facilitar o acesso da população ao saber sobre elas mesmas, aos recursos disponíveis e ao poder de decisão. A relação de saber produz um efeito ideológico de desocultação (oposto à camuflagem), enquanto que o acesso aos recursos facilita uma reapropriação dos excedentes retirados da população e o acesso ao poder produz efeitos políticos de auto-organização.

É justamente nessa perspectiva que se consolida o agir profissional do assistente social nos assentamentos rurais, nos quais o fortalecimento do saber popular é balizado por uma ação essencialmente socioeducativa. Fortalecer a classe popular implica basicamente novos meios de construção e utilização do conhecimento, nos quais a população possa ter acesso não somente a informações institucionais, (que muitas vezes são construídas como mecanismo de reprodução da dominação e exploração de classe) mas também aos processos de construção dessas informações, bem como aos de tomada de decisões.

A população deve ser capaz de decidir, ter a *liberdade de escolher* seus caminhos e construir estratégias de enfrentamento das adversidades cotidianas, sendo protagonistas de sua própria história.

Assistimos a um processo de individualização nos assentamentos, ocultando a verdadeira causa da desigualdade no campo – a desigual distribuição da riqueza na sociedade capitalista. Nesse contexto, apenas o Assistente social é capaz de construir respostas profissionais concretas que rompam com esse processo, no qual a sociedade capitalista exalta o culto ao individualismo. Trata-se de um saber profissional que fundamenta e direciona a profissão.

No momento em que essas pessoas obtêm o lote, elas rompem com o movimento dos trabalhadores rurais, pois a necessidade de sobreviver muitas vezes

leva-as a um arrefecimento do espírito coletivo, restringindo as demandas e as necessidades ao âmbito individual.

Para isso, é necessário que os sujeitos percebam que compartilham as mesmas demandas e necessidades, as quais precisam ser problematizadas e verbalizadas publicamente, explicitando que suas condições de vida ainda são precárias e precisam ser enfrentadas e solucionadas coletivamente. É imperativo ter claro que o problema do assentado não é restrito à singularidade do sujeito, mas que se trata de um problema social cuja solução deve ser coletiva e implica em “empoderar” esses sujeitos, em busca de romper com o processo de individualização quando o assentado está no lote.

Sob essa perspectiva, temos claro que as mudanças não dependem apenas do Serviço Social, pois os assentamentos rurais abrangem um conjunto de fatores que não dependem apenas do Assistente Social, mas de relações institucionais, políticas sociais, a realidade social, bem como de uma equipe interprofissional. Assim a formação de alianças e a busca por parcerias com setores progressistas, que visam a um novo tipo de sociedade, é essencial para recriar novas formas de enfrentamento dos problemas da realidade cotidiana.

Porém, não é o técnico agrícola, o escriturário, agrônomo, veterinário que têm a capacidade técnica e teórica de construir estratégias de intervenção, capacidade de leitura crítica e de transformação da realidade social, habilidade com o trato a pessoa humana, e enfrentamento da questão social, pois esses conhecimentos profissionais são próprios do Serviço Social.

O reconhecimento de tais práticas traduz uma questão política mais ampla que é regularizada pela perspectiva do direito e caminham para a sustentabilidade na terra.

Nesse sentido, a prática profissional é mediadora do processo de desenvolvimento na terra. Essa mediação não se configura em mediar conflitos, mas de imprimir um conjunto de ações socioeducativas levando em consideração como os sujeitos vivenciam a questão social, sua trajetória de vida, a política social, enfim, o profissional deve ser capaz de fazer mediações entre o universal, o que esta posto e a particularidade que os sujeitos vivenciam no assentamento as expressões da questão social. A abordagem coletiva do Assistente social no assentamento busca compreender as relações sociais nos quais os assentados estão inseridos e projetar

estratégias que dimensionam uma nova forma de organização para o trabalho no campo, sob a ótica do coletivo.

Para tanto, é necessário o resgate da mobilização coletiva. O assentado rural, como demonstramos neste trabalho, tem consciência da sua própria condição de existência, os percalços de uma história marcada pela desigualdade social constroem condições objetivas que nunca os favorece. A ação socioeducativa do assistente social torna-se, assim, fundamental para expandir as capacidades do sujeito, o que implica um caminhar condizente:

com a expansão da produtividade e do poder de auferir a renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes. (SEN, 2000, p.134)

Verificamos, com a experiência no Assentamento Porto Velho, que as pessoas possuem potencialidades e valorizam o trabalho na terra, mas as condições que lhes são dadas são contrárias à sua escolha. A falta de oportunidades adequadas é a marca desse processo que reproduz a situação de pobreza.

Eu acho que para melhorar, eles não teriam que dar dinheiro, mas sim material, tivesse um projeto ou um programa que eles mandassem o kit para a gente pagar com a mercadoria.(Luzinete).

Para melhorar precisaria de uma fiscalização honesta, que nós não tem, já vem de lá de cima tudo corrupto.(Agnaldo).

Eu acho que falta de trabalho da pessoa e também do prefeito que não dá incentivo para os pequenos produtores, tem que ter o apoio de um banco. (Nézim).

Mais investimentos, mais atenção para as pessoas assentadas. (Marli)

Escolher as pessoas e dar um prazo para as pessoas melhorarem de vida (José Leonaldo)

Podemos observar que os assentados do P.A. Porto Velho compreendem que a reforma agrária que se consolida no Brasil não oportuniza condições reais para o desenvolvimento e sustentabilidade na terra e que falta uma vontade pública e política de enxergar as potencialidades desses trabalhadores promovendo a

expansão das capacidades humanas, pois esse caminho implica querer que o programa dê certo.

Cabe ao profissional inserido nesse contexto comprometer-se com esse esforço, tendo em vista que a luta pela terra em seu cotidiano se define pela defesa da vida humana.

6 CONCLUSÃO

*“Mas o dia vai chegar e o mundo vai saber, não se vive sem se dar. Quem trabalha é quem tem direito de viver, pois a terra é de ninguém.”
Marcos Valle e Paulo Sérgio Valle*

O presente trabalho resultou da apreensão da questão agrária como expressão da questão social, o que nos possibilitou identificar no assentamento rural um espaço social complexo e contraditório que expressa, na realidade, demandas socioprofissionais para o Serviço Social.

Desse modo, a partir do estudo de caso, no P.A do Porto Velho pudemos conhecer e compreender a realidade dos sujeitos que vivenciam em seu cotidiano as mais duras expressões da questão social, manifestadas por meio da questão agrária que produz relações sociais de produção no campo desiguais e injustas.

A luta pela terra é o cerne da questão social expressa no campo e é marcada por forças sociais assimétricas, que colocam os trabalhadores rurais sem-terra no eixo do trabalho no campo, mas à margem da apropriação de seus frutos. Dessa forma, assistimos, no passado, e continuamos observando no presente, sob o predomínio do projeto neoliberal, as condições precárias em que milhares de famílias trabalhadoras vivem no campo, cortadas em suas possibilidades de trabalho e privadas de uma vida digna.

É nesse sentido que essa realidade nos incomoda, principalmente por assistirmos de perto a esse embate político desigual e desumano. Nossa região é palco de acirradas lutas entre os trabalhadores, que defendem uma vida mais humana, e os grandes proprietários de terras, no qual a arbitrariedade é legitimada e defendida pelo grande capital.

Extraídos das narrativas colhidas das famílias assentadas, são inúmeros os fatores que explicam a realidade do assentado e constituem elementos indispensáveis para desvelar o processo de organização do trabalho no campo.

Nosso estudo, a partir da análise das trajetórias de vida desses trabalhadores, procurou entender sua organização social e a integração produtiva, com o objetivo de elucidar o universo do assentado rural, mediando a realidade universal com a

manifestação desta na sua particularidade, e propor ao Serviço Social ações que julgamos possíveis.

Desse modo, sob a perspectiva do desenvolvimento como liberdade, nossos estudos apontam para uma realidade que ainda se reproduz na privação desse bem, relacionada tanto à preservação da situação de pobreza, quanto a políticas públicas ineficazes. Nesse cenário, vários fatores contribuem para o acirramento da questão social.

As condições objetivas não favorecem o desenvolvimento do assentado rural, num cenário em que as oportunidades são inadequadas e o sonho do trabalho na terra é cerceado pelo favorecimento ao capital.

As famílias que participaram do trabalho trazem consigo um histórico de exclusão, marginalização e desqualificação, para quem a incerteza é companheira na luta pela terra. Porém, ao mesmo tempo, projetam formas de resistência e de defesa da vida.

Claro está que sua situação e referências de existência tiveram um salto qualitativo, se compararmos com as condições de vida de quando ainda eram acampados. Uma outra fase se inicia a partir da conquista da terra, quando a esperança de uma nova vida é renovada e novas referências são construídas. Porém,, quando chegam no assentamento e se deparam com a falta de infraestrutura e a ineficácia das políticas públicas,,que não atendem suas reais necessidades e demandas, a possibilidade de tornar realidade o sonho que os conduziu até ali fica ainda mais distante.

Os fatores que, somados, acabam por desconstruir a esperança do trabalho na terra estão relacionados a financiamentos limitados e à ausência de orientação técnica adequada à baixa rentabilidade da terra, que os obriga a buscar trabalho na cidade, a perda do esforço de mobilização e organização e, ainda, ao estigma que determina o lugar social do assentado definido pela exclusão.

Assim, vêm-se sozinhos, jogados à própria sorte. Depois de uma grande luta pela conquista da terra, inicia-se outro drama, o de estar na terra e como permanecer nela com tantas situações adversas.

Observamos que a mera distribuição de terras, muitas vezes de áreas improdutivas ou com os solos contaminados, não solucionará a questão agrária no Brasil, pois é necessário e urgente implementar políticas sociais que ampliem e criem possibilidades reais de uma vida digna no campo. As preocupações devem

estar voltadas também para depois da conquista da terra, pois podemos afirmar que o movimento de mobilização das famílias assentadas não é contínuo, o que muitas vezes determina o processo de individualização das demandas e necessidades dos assentados.

É nesse espaço social contraditório, dinâmico e complexo que se inscrevem as demandas socioprofissionais do assistente social, imprescindível para o enfrentamento da questão social vivenciada nas suas múltiplas formas. Nesse sentido, o projeto ético-político profissional consolidado com a ruptura do conservadorismo presente na gênese da profissão.

O ponto de partida, deste trabalho, foi a necessidade de repensar o Serviço Social, construindo uma base teórica, filosófica, ética e política alçada a partir da aproximação com a teoria crítica social de Marx, cuja visão de mundo é construída por meio do materialismo dialético.

Desse modo, o assistente social deve convergir suas ações a serviço dos interesses dos setores populares, no sentido de fortalecer esse segmento, buscando estratégias que possibilitem a transformação real de suas condições de vida e trabalho. Constatamos que a práxis profissional nos assentamentos rurais deve partir desse princípio organizador de estratégias de enfrentamento da questão social, ou seja, das manifestações da questão agrária no campo, que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais.

O fio condutor para atingir essa transformação é a liberdade como princípio ético central e como instrumento do desenvolvimento. Ela constitui o eixo das ações do assistente social nos assentamentos rurais, na medida em que implica a expansão das capacidades humanas, o aumento das possibilidades e oportunidades reais para as pessoas fazerem aquilo que realmente valorizam e, no caso dos assentamentos, possibilitar-lhes o trabalho na terra. Expandir as liberdades requer a eliminação de privações que limitam as oportunidades e as escolhas das pessoas para exercerem a atividade vital do homem, por meio do trabalho.

Assim, deve-se ampliar a capacidade participativa de um povo de regular a sua própria vida, buscando condições mais justas e dignas. Para tanto, é imperativo uma ação socioeducativa do assistente social, que elabore estratégias voltadas a esse objetivo, ou seja, a promoção desse povo, que historicamente, resiste e luta pela vida.

Com isso, chamamos a atenção para o enfrentamento desse processo de individualização, no qual o empoderamento do povo, é o caminho para romper com esse processo que é vivenciado pelo assentado quando conquista o lote, pois vários são os desafios, mais o desafio maior é perceber que eles compartilham demandas que são problemas sociais e precisam ser enfrentados socialmente, a partir do resgate da sua própria história de luta e resistência.

Nesse sentido, é que o Assistente social, com seu conhecimento específico é capaz de construir respostas profissionais que abrangem desde o enfrentamento da questão social à organização social desses assentados na luta pela sobrevivência, e mais na defesa de uma vida digna.

Essas alternativas de enfrentamento também requerem a formação de alianças entre vários sujeitos que busquem alçar um objetivo comum: uma nova ordem social, pautada numa vida mais digna e humana. O profissional do Serviço Social, que se posiciona politicamente em favor das classes populares, é um dos elementos dessa aliança e participa como coadjuvante na formulação de estratégias de enfrentamento da realidade, pois é o povo que é capaz de efetivar mudanças. É por meio de uma ação coletiva que as pessoas alcançam a liberdade individual.

Diante do exposto neste trabalho, concluímos que o Serviço Social, embora já tenha dado os primeiros passos, tem um longo caminho ainda a percorrer no meio rural.

Constatamos que os assentados entrevistados retratam a realidade dos assentamentos rurais no Brasil, em que os sujeitos não alcançam sustentabilidade, apenas subsistem.

O atual quadro sócio-histórico desafia o profissional da área social a construir, junto com essa população, alternativas de enfrentamento da questão social, sendo capazes de impulsionar mudanças significativas que desenvolvam suas liberdades e condicionem os processos inerentes a elas, como a autonomia e a emancipação, rumo à sustentabilidade e ao exercício da cidadania e dos direitos.

“O mundo tem muitas armadilhas e é preciso quebrá-las”¹⁸. E agora, José?

¹⁸ Ferreira Gular.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ruy. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

BARROCO, M.L.S. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos).

BERGAMASCO, S. M. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, set./dez. 1997. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401419970003000003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 18 aug. 2007.

BONADIO, V. M. R. A questão social no Brasil: sociedade civil, estado e as políticas sociais no século XX. In: _____. **As propostas de avaliação da política municipal de assistência social na região administrativa de Presidente Prudente-SP**. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Londrina, 2003.

BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BUAINAIN, Antônio M.. **Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil**. jun. 2003. Disponível em:<<http://www.abda.com.br>> Acesso em: 27 maio. 2007.

CASTEL, R. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1999.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (Org.) **Legislação brasileira para o serviço social**: coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentação da (o) assistente social 2. ed. São Paulo, 2006.

DIREITOS humanos no Brasil: 2002: relatório da rede social de justiça e direitos humanos. [Em colaboração com Global Exchange] São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2002.

DIREITOS humanos no Brasil: 2003: relatório da rede social de justiça e direitos humanos. [Em colaboração com Global Exchange] São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2003.

Direitos humanos no Brasil: 2006: relatório da rede social de justiça e direitos humanos. [Organização Evaniza Sydow e Maria Luisa Mendonça.]. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965

FALEIROS, V. P. (Coord.) **Estratégias em serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção questões da nossa época; v. 92).

_____. **MST: movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

GRAZIANO, X. **O carma da terra no Brasil**. São Paulo: A Girafa, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, O. A questão social. **São Paulo em Perspectiva**: Revista da Fundação SEADE, São Paulo, v. 5, n. 1. jan./mar. 1991.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 2004.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003

MARTINELLI, M.L.(Org.) **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio São Paulo: Veras, 1999. (Série núcleo de pesquisa).

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “questão social”. . **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, n. 3, jan./jun. 2001.

NUPEDOR. **Retratos de assentamentos**. nº 10. São Paulo: Uniara/Unesp, 2006. (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural).

PAUGAM, S. **A desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: EDUC: Cortez, 2003

PEREIRA, P. A. P. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, n. 3, p.51-62, jan./jun. 2001

_____. Perspectivas teóricas sobre a questão social no serviço social. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, n. 07, p.112-122, jan./jun. 2003.

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERRA, R.M . **A questão social e o caso brasileiro**. Revista Advir, Rio de Janeiro, v. 12, p. 44-52, 2000

SILVA, J.G. **O que é questão agrária?** 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção primeiros passos).

SILVA, M.O. S. (Coord.) **O serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, E. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.** 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

VÉRAS, M.P.B. (Ed) **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam.** São Paulo: EDUC, 1999.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis:** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, n. 3, jan./jun. 2001.

_____. **Classes subalternas e assistência social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **O serviço social como especialização do trabalho coletivo.** In: CAPACITAÇÃO em serviço social: módulo 2: a crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD, 1999-2000.

WANDERLEY, M.B.; BÓGUS, L.; YASBEK, M.C. (Org.) **Desigualdade e a questão social.** 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004.

ANEXO A - Questionário do perfil sócioeconômico**I. IDENTIFICAÇÃO**

1. Nome.....
2. Sexo.....
3. Idade.....
4. Cidade de origem.....
5. Profissão.....

6. Escolaridade

- () Nunca freqüentou a escola
 () Ensino fundamental incompleto (até asérie)
 () Ensino Fundamental completo
 () Ensino Médio incompleto (até asérie)
 () Ensino Médio Completo
 () Ensino Superior indicar o curso.....

7. Composição Familiar

- () Companheira (o)
 () Filhos
 () Sobrinhos
 () Agregados
 () Outros:
 Indicar:.....

8. Renda familiar

- () de R\$200,00 a R\$350,00
 () de R\$ 350,00 a 600,00
 () de R\$ 600,00 a R\$ 850,00
 () de R\$ 850,00 a R\$1.200,00
 () mais de R\$ 1.200,00

9. Algum membro da família trabalha na cidade?

10. Algum membro da família é beneficiário de Programas Sociais?

- () BPC () Ação Jovem () Bolsa Família () Renda Cidadã

II. TRABALHO

1. O que você fazia antes de obter a terra?

.....

2. Quanto tempo você ficou no acampamento?

.....

 3. Como obteve a terra?

- () Compra
 () Acampamento
 () Outros. Especificar

4. Se for acampamento, como foi o processo de obtenção da terra? Se for por compra, como comprou?

5. Você escolheu a terra que iria assentar?

- () Sim () Não

6. Você pode plantar o que quiser?

- () Sim () Não

Porque:.....

7. No sítio você vive do que?

- () pecuária () Agricultura () Horticultura

8. Como se produz e de que forma?

9. Como se organiza para o trabalho?

10. Existe o trabalho Comunitário? E como é esse trabalho?

11. O que mudou na sua vida depois da conquista do lote?

III. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

1. Quando você era acampado as mobilizações eram muito fortes, como são hoje, como assentado? O que impera é o individual ou o coletivo?

2. No assentamento existem reuniões para vocês se organizarem? Você participa, opina, decide?

.....
.....

3. As reuniões são democráticas? Todos tem voz e são atendidos em suas reivindicações?

.....
.....

4. O que você pensa sobre a reforma agrária?

.....
.....

5. Você acha que a distribuição de terras vai solucionar o problema da questão agrária?

.....
.....

6. O que você acha que poderia melhorar na reforma agrária?

.....
.....

7. O que poderia melhorar na agricultura familiar?

.....
.....

8. Para você, qual o significado de liberdade?

.....
.....
.....
.....

IV. INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

1. Como é o processo de decisão na produção e na venda?

.....
.....

2. Como você se organiza para realizar as vendas? A venda é coletiva ou individual?

.....
.....

3. Você participa de algum financiamento? Qual?

.....
4. Os financiamentos que são disponibilizados são satisfatórios?

Sim Não

5. Você tem liberdade de escolha nos financiamentos?

Sim Não

6. Considera a renda do sítio suficiente para a família?

Sim Não

Porque.....
.....

7. Você procura os Serviços de orientação técnica, com que frequência?

Semanal

Quinzenal

Mensal

Nunca procurei

8. Porque você não procura?

.....
.....
.....

9. Como é o trabalho se supervisão do técnico junto com os assentados?

.....
.....
.....

10. Como você avalia a orientação técnica? Existem técnicos suficientes?

.....
.....
.....